

**14º CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DE
DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

SIMULADO 1

(Marcelo Melo)

REGISTROS PÚBLICOS E NOTARIAL

(50 questões)

01. A Lei nº 9.140/1995 reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação ou acusação de participação em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988. A Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei nº 12.528/2011, fez, em seu Relatório Final, a Recomendação nº 7, a qual resultou na Resolução nº 601/24 do Conselho Nacional de Justiça. Em consequência, nos registros de óbitos de mortos e desaparecidos políticos, a causa da morte deve ser descrita como:

- (A) Motivo indeterminado relacionado ao período da ditadura militar.
- (B) Não natural, violenta, causada pelo Estado brasileiro no contexto da perseguição sistemática a dissidentes políticos do regime de 1964.
- (C) Desaparecimento não esclarecido por forças políticas.
- (D) Não violenta, indefinida, causada pelo Estado brasileiro no contexto da perseguição sistemática a dissidentes políticos do regime de 1964.

02. Consideram-se títulos digitalizados com padrões técnicos aqueles que forem confeccionados, conforme o Código Nacional de Normas:

- (A) Com os critérios estabelecidos no art. 5.º do Decreto n. 10.278, de 18 de março de 2020, inclusive os que utilizem qualquer assinatura eletrônica padrão ICP-Brasil;
- (B) Com os critérios estabelecidos no art. 5.º do Decreto n. 10.278, de 18 de março de 2020, inclusive os que utilizem somente assinatura eletrônica qualificada;
- (C) Com os critérios estabelecidos no art. 5.º do Decreto n. 10.278, de 18 de março de 2020, inclusive os que utilizem somente assinatura avançada admitida perante os registros públicos;
- (D) Com os critérios estabelecidos no art. 5.º do Decreto n. 10.278, de 18 de março de 2020, inclusive os que utilizem assinatura eletrônica qualificada ou avançada admitida perante os registros públicos.

03. Com relação ao Registro de Imóveis, segundo jurisprudência mais recente do Superior Tribunal de Justiça:

(A) Se aplica o conceito agrário de imóvel rural ao procedimento de certificação do memorial descritivo georreferenciado, para os fins e efeitos do registro imobiliário, não necessitando o georreferenciamento ser realizado no âmbito de cada matrícula individualizada.

(B) A efetiva inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural - CAR torna inexigível a anterior obrigação, assumida em Termo de Ajustamento de Conduta, de averbação da reserva legal na matrícula do imóvel.

(C) Os registros de propriedade particular de imóveis situados em terrenos de marinha são oponíveis à União.

(D) A sentença judicial que, ao reconhecer a usucapião, individualiza, de forma clara e precisa, a área usucapida, não pode ser objeto de registro no cartório de registro de imóveis se inexistente pedido expresso na inicial a respeito da medida extrajudicial.

04. Sobre o bloqueio administrativo realizado no Registro de Imóveis, considerando, ainda, a jurisprudência administrativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo e a Lei de Registros Públicos (Lei n. 6.015/73), é correto afirmar:

(A) É possível o bloqueio administrativo da matrícula que contém registro decorrente de escritura de compra e venda com assinatura do vendedor supostamente falsa.

(B) O bloqueio se aproxima do assento de contradição (*Widerspruch*) do direito germânico porque ambos não conduzem ao cancelamento do registro, possuem alguma função acautelatória e buscam a correção de erro pretérito.

(C) O bloqueio administrativo é autorizado nas situações relacionadas a nulidades de pleno direito do registro e do título que o originou, inclusive nas hipóteses de inexistência deste.

(D) Se o juiz entender que a superveniência de novos registros poderá causar danos de difícil reparação, poderá determinar, de ofício, a qualquer momento, após oitiva das partes, o bloqueio da matrícula do imóvel.

05. De acordo com a Lei da Regularização Fundiária Urbana (Lei n. 13.465/2017), quando um núcleo urbano informal está localizado em área de preservação permanente, unidade de conservação de uso sustentável ou área de proteção de mananciais, a regularização fundiária:

(A) deverá observar, exclusivamente, os critérios urbanísticos e habitacionais fixados pelo Município.

(B) poderá ocorrer sem necessidade de estudos prévios, desde que a ocupação tenha ocorrido antes de 2008.

(C) fica condicionada à apresentação de estudos técnicos no âmbito da Reurb que justifiquem melhorias ambientais em relação à ocupação anterior, inclusive mediante compensações, quando for o caso.

(D) será autorizada se houver interesse social e ausência de risco geológico, dispensando compensações ambientais.

06. No Registro de Imóveis, com relação ao princípio da continuidade registral ou trato sucessivo, é correto afirmar:

- (A) surgiu no direito brasileiro com o advento do Código Civil de 1916.
- (B) o Regulamento da Lei nº 4.827, de 1924, consubstanciado no Decreto nº 18.542, de 1928, introduziu no sistema registrário o princípio da continuidade no Brasil.
- (C) o princípio da continuidade surgiu no direito brasileiro em 1864, com a Lei nº 1.237, que criou o Registro Geral.
- (D) a continuidade no Registro de Imóveis apenas surgiu formalmente no Brasil com o advento da Lei 6.015/73.

07. No âmbito dos tabelionatos de protesto, a apresentação de títulos e documentos de dívida pode ocorrer por meio eletrônico. De acordo com o Código Nacional de Normas, para que a assinatura eletrônica seja considerada válida e aceita para esses fins, ela deve ser efetivada mediante uso de certificado digital que atenda aos requisitos da ICP-Brasil ou:

- A) Por meio de login e senha na plataforma Gov.br, independentemente de autorização específica da Corregedoria, visto ser um sistema federal unificado.
- B) Exclusivamente através de biometria cadastrada no Tribunal de Justiça local, dispensando-se o uso de chaves públicas.
- C) Por outro meio seguro, bastando a existência de plataforma digital existente na rede mundial de computadores e exista autenticação por login e senha.
- D) Por outro meio seguro, disponibilizado pelo tabelionato, desde que previamente autorizado pela respectiva Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ).

08. Considerando as disposições da Lei nº 9.307/1996 (Lei de Arbitragem) e a jurisprudência administrativa do Conselho Superior da Magistratura do Estado de São Paulo, analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

I. A arbitragem poderá ser de direito ou de equidade, a critério das partes, e pode ser árbitro qualquer pessoa capaz e que tenha a confiança das partes.

II. Instituída a arbitragem, caberá exclusivamente ao Poder Judiciário manter, modificar ou revogar a medida cautelar ou de urgência anteriormente concedida.

III. As cartas de sentença arbitrais são títulos hábeis a registro, nos termos do artigo 31 da Lei nº 9.307/1996 e do artigo 221, inciso IV, da Lei nº 6.015/1973, sendo qualificáveis pelos Oficiais de Registro de Imóveis conforme os princípios e regras que regem a atividade registral.

IV. Pode ser árbitro qualquer pessoa capaz, que tenha formação em curso para o desempenho das funções e que tenha a confiança das partes.

- (A) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- (B) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.

- (C) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.
- (D) Todos os itens são verdadeiros.

09. Com relação ao procedimento de execução extrajudicial de alienação fiduciária de bens móveis, é correto afirmar.

- (A) É competente o cartório de registro de títulos e documentos do domicílio do devedor ou da localização do bem no momento do início da execução.
- (B) É competente o cartório de registro de títulos e documentos do domicílio das partes ou da localização do bem da celebração do contrato.
- (C) É competente o cartório de registro de títulos e documentos do domicílio do devedor ou da localização do bem da celebração do contrato.
- (D) É competente o cartório de registro de títulos e documentos do domicílio do devedor e localização do bem da celebração do contrato.

10. No contexto da adjudicação compulsória extrajudicial, conforme o disposto no art. 216-B, § 1º, inciso III, da Lei n. 6.015/73, bem como no Código Nacional de Normas e nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, a ata notarial lavrada por tabelião de notas é documento essencial para a instrução do pedido. Assinale a alternativa que indica corretamente o elemento correspondente ao pagamento do compromisso ou promessa de cessão anteriormente firmado.

- (A) Para a comprovação do pagamento, poderá constar da ata notarial a declaração unilateral de quitação firmada pelo próprio promitente comprador, presumindo-se sua boa-fé, independentemente de suporte documental.
- (B) Não é admitido constar da ata notarial, para a comprovação dos valores pagos, mensagens eletrônicas em que se declare quitação ou se reconheça que o pagamento foi efetuado.
- (C) Uma das principais funções da ata notarial é a constatação do adimplemento integral do preço ou do cumprimento da contraprestação à transferência do imóvel adjudicando, podendo integrá-la, entre outros documentos, a certidão da ação de consignação em pagamento com valores depositados e mensagens, inclusive eletrônicas.
- (D) Não constando da ata notarial a constatação do adimplemento integral do preço ou do cumprimento da contraprestação à transferência do imóvel adjudicando, poderá o Oficial de Registro de Imóveis aceitar a comprovação do pagamento mediante outros meios admitidos, como a ação de consignação em pagamento com valores depositados, mensagens, inclusive eletrônicas, em que se declare quitação ou se reconheça que o pagamento foi efetuado, comprovantes de operações bancárias, declaração de imposto de renda e recibos cuja autoria seja passível de confirmação.

11. Nos casos de alta indagação ou naqueles em que exista potencial litígio entre titulares de direitos registrados ou averbados nas matrículas ou transcrições, o oficial de registro de imóveis poderá instaurar o procedimento administrativo de autotutela

registral, conforme prevê o Código Nacional de Normas. Assim considerando, assinale a alternativa correta.

(A) A autotutela registral consiste em procedimento administrativo instaurado mediante requerimento ou de ofício pelo Oficial de Registro de Imóveis e constitui uma fase preliminar e facultativa, antecedente, neste caso, à instauração do processo administrativo previsto no art. 214 da Lei n. 6.015/73, de competência do Juízo Corregedor.

(B) No procedimento da autotutela registral, o Oficial de Registro de Imóveis poderá elaborar relatório circunstanciado preliminar acerca da situação constatada e promover a notificação dos titulares de direitos registrados ou averbados nas matrículas ou transcrições em contradição.

(C) Terminado o procedimento de autotutela registral, o Oficial de Registro de Imóveis deverá, obrigatoriamente, em qualquer hipótese, encaminhar a conclusão ao Juízo Corregedor, que decidirá nos termos do art. 214 da Lei n. 6.015/73.

(D) O procedimento de autotutela registral, por envolver casos de alta indagação ou aqueles em que exista potencial litígio entre titulares de direitos registrados, exige a concordância dos titulares tabulares, não sendo presumida a anuência quando estes deixarem de apresentar impugnação no prazo da notificação.

12. Nos termos das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, com relação aos mandados judiciais de indisponibilidades genéricos, ou que determinem a indisponibilidade de qualquer bem imóvel, que tenham sido prenotados nos termos dos Provimentos CG n. 17/1999 e CG n. 26/2010, é correto afirmar:

(A) deverão ser registrados no Livro de Registro das Indisponibilidades e serão averbados nas respectivas matrículas, passando-se à qualificação de eventuais títulos com direitos conflitantes protocolados posteriormente, observada a ordem de prioridade;

(B) poderão ser registrados no Livro de Registro das Indisponibilidades e serão averbados nas respectivas matrículas, passando-se à qualificação de eventuais títulos com direitos conflitantes protocolados posteriormente, não sendo necessário observar a ordem de prioridade;

(C) poderão ser registrados no Livro de Registro das Indisponibilidades e serão averbados nas respectivas matrículas, passando-se à qualificação de eventuais títulos com direitos conflitantes protocolados posteriormente, observada a ordem de prioridade, ou, ainda, mantida a prorrogação da prenotação no Livro n. 1, sem necessidade do imediato lançamento das averbações nas matrículas;

(D) poderão ser registrados no Livro de Registro das Indisponibilidades e serão averbados nas respectivas matrículas, passando-se à qualificação de eventuais títulos com direitos conflitantes protocolados posteriormente, observada a ordem de prioridade, ou, ainda, mantida a prorrogação da prenotação no Livro n. 1, sem prejuízo do imediato lançamento das averbações nas matrículas.

13. Conforme a Resolução n. 35/2017 do Conselho Nacional de Justiça, é permitido o inventário ser realizado por escritura pública, incluindo menores ou incapazes, desde que previstos os seguintes requisitos:

(A) o quinhão ou meação do interessado menor seja em parte ideal em cada um dos bens inventariados; haja manifestação prévia e favorável do Ministério Público, homologada judicialmente.

(B) o quinhão ou meação do interessado menor seja em parte ideal em cada um dos bens inventariados; haja manifestação prévia e favorável do Ministério Público, dispensando-se a autorização judicial.

(C) o quinhão ou meação do interessado menor seja em parte ideal em cada um dos bens inventariados; haja manifestação posterior à lavratura, favorável do Ministério Público, dispensando-se a autorização judicial.

(D) o quinhão ou meação do interessado seja em parte ideal em cada um dos bens inventariados ou receba imóvel individualizado; haja manifestação prévia e favorável do Ministério Público, dispensando-se a autorização judicial.

14. Durante a execução de um contrato que utilizava o serviço de conta notarial, surge uma divergência insanável entre as partes contratantes: o comprador alega que a condição suspensiva se implementou, enquanto o vendedor afirma que houve frustração da condição. O Tabelião de Notas é acionado para resolver o impasse e liberar os valores. Considerando as disposições do Provimento n. 197, de 13/06/2025, sobre a verificação de condições e movimentação de valores, a conduta correta do Tabelião é:

(A) Lavrar ata notarial documentando a divergência, suspender a movimentação e, não havendo solução consensual ou judicial, encerrar o procedimento, restituindo os valores ao depositante.

(B) Analisar as provas apresentadas e decidir, por meio de ato fundamentado, qual parte tem razão, liberando o valor para a vencedora, em homenagem ao princípio da celeridade decorrente da extrajudicialização.

(C) Encaminhar imediatamente os valores depositados para uma conta judicial vinculada ao juízo competente, para que a questão seja decidida em processo administrativo perante o Juízo Corregedor competente.

(D) Reter os valores em conta vinculada por prazo indeterminado até que sobrevenha, obrigatoriamente, sentença judicial transitada em julgado determinando o destino do montante.

15. Com relação à abertura de matrícula e ao registro de terras indígenas, considerando as disposições da Constituição Federal, do Código Nacional de Normas e das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de verdadeiro (V) ou falso (F):

I – Os registros de terras privadas em áreas demarcadas como indígenas são ineficazes em relação à União;

II – É possível a averbação acautelatória de processos demarcatórios de terras indígenas, que deve ser acompanhada, entre outros documentos, da portaria inaugural do processo administrativo e da decisão administrativa declaratória dos limites da terra indígena a demarcar.

III – Não é possível a averbação dos procedimentos administrativos de demarcação, como o resumo do estudo antropológico.

(A) V, F, F.

(B) F, F, V.

(C) V, V, F.

(D) F, V, F.

16. Conforme o Código Nacional de Normas, a averbação da Certidão de Dívida Ativa (CDA) deve ser requerida mediante preenchimento de formulário no Módulo de Centralização de Averbações de CDA (MCDA) operado pelo Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (ONR). Para a validade do requerimento, o formulário deve conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:

(A) Indicação do credor, do devedor e de eventuais corresponsáveis; o número da CDA, o valor da dívida e a data da inscrição em dívida ativa; além de comprovação pelo credor sobre a intimação e situação de inadimplência do devedor.

(B) Indicação do credor, do devedor e de eventuais corresponsáveis; o número da CDA, o valor da dívida e a data da inscrição em dívida ativa; além de declaração do credor sobre a intimação e situação de inadimplência do devedor.

(C) Indicação exclusiva do devedor principal; o valor atualizado da dívida com juros de mora calculados pelo oficial de registro; e a data de vencimento do título original que deu origem à CDA.

(D) Indicação do credor, do devedor e de eventuais corresponsáveis; o número da CDA, o valor da dívida em dívida ativa; além de declaração do credor sobre a intimação e situação de inadimplência do devedor.

17. Com relação à parentalidade socioafetiva, considerando as disposições do Código Nacional de Normas, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de verdadeiro (V) ou falso (F):

I – O reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade socioafetiva somente se dará em relação a pessoas acima de 16 anos de idade.

II – O pretenso pai ou mãe será pelo menos 12 anos mais velho que o filho a ser reconhecido.

III – O registro da paternidade ou da maternidade socioafetiva será realizado pelo registrador após parecer favorável do Ministério Público.

IV – É juridicamente impossível o pedido de reconhecimento judicial ou administrativo de filiação socioafetiva entre avós e neto.

V – Há proibição normativa para o reconhecimento administrativo da fraternidade/irmandade socioafetiva, apesar de existir jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça autorizando-o.

- (A) F, F, V, F, F.
- (B) V, V, V, F, V.
- (C) F, V, V, F, F.
- (D) F, F, V, F, V.

18. A Maternidade Esperança, localizada em um município de São Paulo que possui dois Registros Cíveis das Pessoas Naturais (1º e 2º Ofícios), deseja implantar uma Unidade Interligada para possibilitar o registro dos nascimentos e a expedição das respectivas certidões ainda na unidade hospitalar. Os registradores de ambos os ofícios manifestaram interesse em participar, mas surgiram dúvidas com relação ao colaborador da unidade interligada. Assinale a alternativa correta.

(A) O profissional da Unidade Interligada será preposto, auxiliar ou escrevente de um dos registradores, contratado nos termos do art. 20 da Lei n. 8.935, de 18 de novembro de 1994. Inexistindo consenso entre os registradores, faculta-se a execução do serviço pelo sistema de rodízio entre substitutos ou escreventes prepostos. Por fim, não existindo designação de preposto, poderão ser indicados empregados pelos estabelecimentos de saúde, os quais deverão ser credenciados pelo menos por um registrador civil.

(B) O profissional da Unidade Interligada será escrevente preposto do respectivo registrador, contratado nos termos do art. 20 da Lei n. 8.935, de 18 de novembro de 1994, ou, ainda, poderá ser contratado por consórcio simplificado, formado pelos registradores civis interessados, nos termos do art. 25-A da Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991. Inexistindo consenso entre os registradores, faculta-se a execução do serviço pelo sistema de rodízio entre substitutos ou escreventes prepostos. Por fim, não existindo designação de preposto, poderão ser indicados empregados pelos estabelecimentos de saúde, os quais deverão ser credenciados pelo menos por um registrador civil.

(C) O profissional da Unidade Interligada será escrevente preposto do respectivo registrador, contratado nos termos do art. 20 da Lei n. 8.935, de 18 de novembro de 1994, ou, ainda, poderá ser contratado por consórcio simplificado, formado pelos registradores civis interessados, nos termos do art. 25-A da Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991. Inexistindo consenso entre os registradores, faculta-se a execução do serviço por empregados do estabelecimento de saúde, os quais deverão ser credenciados pelo menos por um registrador civil.

(D) O profissional da Unidade Interligada será escrevente preposto do respectivo registrador, contratado nos termos do art. 20 da Lei n. 8.935, de 18 de novembro de 1994, ou, ainda, poderá ser contratado por consórcio simplificado, formado pelos registradores civis interessados, nos termos do art. 25-A da Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991. Inexistindo consenso entre os registradores, a escolha deverá ser submetida ao Juízo Corregedor Permanente. Por fim, não existindo designação de preposto, poderão ser indicados empregados pelos estabelecimentos de saúde, os quais deverão ser credenciados pelo menos por um registrador civil da cidade ou do distrito no qual funcione a unidade interligada.

19. Carolina nasceu em Madri, filha de mãe brasileira e pai espanhol. Seu nascimento foi registrado apenas em registro civil local de Madri, sem comunicação ao consulado brasileiro. Agora, aos 16 anos, domiciliada em Araçatuba, deseja trasladar o registro no Brasil. Assinale a alternativa correta.

(A) O registro será realizado no Livro "A" de nascimentos no Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca de Araçatuba. É necessário apresentar a certidão estrangeira legalizada por autoridade consular brasileira e traduzida por tradutor público juramentado, além de comprovante de domicílio.

(B) O registro será realizado no Livro "E" do 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca de Araçatuba. É necessário apresentar a certidão estrangeira legalizada por autoridade consular brasileira e traduzida por tradutor público juramentado, além de comprovante de domicílio.

(C) O registro será realizado no Livro "E" do 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca de Araçatuba. É necessário apresentar a certidão estrangeira legalizada por autoridade espanhola no Brasil e traduzida por tradutor público juramentado, além de comprovante de domicílio.

(D) O registro será realizado no Livro "A" de nascimentos no Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca de Araçatuba. É necessário apresentar a certidão estrangeira legalizada por autoridade espanhola no Brasil e traduzida por tradutor público juramentado, além de comprovante de domicílio.

20. Empregando o vocábulo tombamento, o direito brasileiro seguiu a tradição do direito português, que utiliza a palavra tomar no sentido de registrar, inventariar, inscrever nos arquivos do Reino, guardados na Torre do Tombo (Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo - 38ª Edição 2025).

Com relação ao tombamento de bens imóveis, é correto afirmar:

(A) A Lei 6.015/73, ao prever o registro do ato de tombamento definitivo (art. 167, I, 46) e a averbação do processo de tombamento de bens imóveis e de seu eventual cancelamento (art. 167, I, 36), conferiu caráter constitutivo à publicidade registral do referido instituto;

(B) Os bens móveis ou imóveis somente serão considerados integrantes do patrimônio histórico ou artístico depois da inscrição em um dos livros Tombo previstos na legislação específica e após a respectiva averbação na matrícula do imóvel correspondente;

(C) São somente três os livros Tombo previsto no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que trata da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional: 1) Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; 2) Livro do Tombo Histórico e 3) Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

(D) Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto.

21. Rogério teve seu nome protestado em razão de duplicata de prestação de serviços sem aceite, no valor de R\$ 120.000,00, apresentada por determinada empresa. Alegando nunca ter contratado os serviços e sustentando a existência de fraude e ausência de relação jurídica subjacente, requereu, na via administrativa, o cancelamento do protesto perante o Tabelionato de Protesto. Considerando a Lei n. 9.492/1997 e o entendimento da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta.

- (A) O Tabelião de Protesto pode verificar a existência da causa subjacente da duplicata e cancelar administrativamente o protesto quando houver fundados indícios de fraude.
- (B) O cancelamento do protesto fundado na inexistência da relação jurídica subjacente pode ser realizado administrativamente pelo Tabelião, desde que haja requerimento do interessado comprovando a inexistência da relação jurídica.
- (C) O Tabelião deve analisar tanto os requisitos formais quanto a validade material da dívida, podendo recusar o protesto quando houver dúvida quanto à existência do débito.
- (D) O cancelamento do protesto fundado em motivo diverso do pagamento do título depende de determinação judicial, cabendo ao Tabelião apenas a qualificação formal do título apresentado.

22. Com relação ao registro tardio de nascimento, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de verdadeiro (V) ou falso (F):

I – No registro de nascimento de criança com menos de três anos de idade, nascida de parto sem assistência de profissional da saúde ou parteira tradicional, a Declaração de Nascido Vivo será preenchida pelo oficial de registro civil que lavrar o assento de nascimento e será assinada também pelo declarante, o qual se declarará ciente de que o ato será encaminhado ao Juízo Corregedor Permanente.

II – Persistindo a suspeita, o oficial comunicará a autoridade policial e encaminhará os autos ao juiz corregedor permanente ou ao juiz competente, na forma da organização local.

III – Ausente a identificação dos genitores, será adotado o sobrenome indicado pelo registrando, se puder se manifestar, ou, em caso negativo, pelo requerente do registro tardio, ou atribuído pelo juiz, desde que adotada onomástica comum e mais usual brasileira.

IV – Admitem-se como testemunhas, além das demais pessoas habilitadas, os parentes em qualquer grau do registrando (art. 42 da Lei n. 6.015/73), bem como a parteira tradicional ou o profissional da saúde que assistiu ao parto.

- (A) V, V, F, V.
- (B) F, V, F, V.
- (C) V, F, F, F.
- (D) F, F, F, V.

23. Em um pequeno município do interior de São Paulo, uma família em situação de vulnerabilidade extrema residia afastada dos centros urbanos. Maria, de 9 anos, nunca havia tido seu nascimento registrado devido à omissão de seus pais, que desconheciam a importância do ato e os meios para realizá-lo. Consequentemente, Maria estava impossibilitada de ter acesso à escola e a programas de saúde. Ao tomar conhecimento da situação, o Conselho Tutelar encaminhou o caso ao Juízo da Infância e da Juventude da comarca. De acordo com as normas da Corregedoria Nacional de Justiça, especificamente sobre o procedimento de promoção do registro de nascimento em caso de omissão, qual a medida cabível ao Juízo da Infância e da Juventude nessa situação?

(A) Orientará os pais a procurar o Oficial de Registro Civil do local de residência da criança para iniciar o procedimento de registro tardio, exigindo a presença de duas testemunhas.

(B) Remeterá o caso ao Ministério Público para que este promova a ação de registro tardio, uma vez que a iniciativa para tal registro não compete diretamente ao Juízo.

(C) Determinará a remessa imediata ao Juízo Corregedor Permanente do Registro Civil das Pessoas Naturais competente para instaurar procedimento administrativo visando à realização do registro de nascimento.

(D) Determinará a expedição de mandado para o registro de nascimento da criança, como forma de assegurar sua proteção integral por meio da garantia de seu direito da personalidade.

24. No Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Município de Guararapes, Estado de São Paulo, Gérbera, mãe de Cravo, menino de 1 ano de idade registrado apenas com a filiação materna, comparece para indicar o suposto pai de seu filho, não o tendo feito por ocasião do registro de nascimento. Na oportunidade, fornece o nome completo, a profissão e o endereço de Jacinto, menor de 17 anos, requerendo a instauração do procedimento de reconhecimento de paternidade. O Oficial de Registro Civil lavra o termo de indicação e o encaminha ao Juízo competente. O juiz determina a notificação de Jacinto, que, devidamente cientificado, comparece em juízo e manifesta expressamente sua vontade de reconhecer Cravo como seu filho. Considerando a situação apresentada e as normas aplicáveis ao reconhecimento de paternidade, assinale a alternativa correta.

(A) O juiz lavrará o termo de reconhecimento de paternidade e remeterá certidão ao Oficial da serventia onde foi feito o registro de nascimento de Cravo para a devida averbação, após assistência dos pais de Jacinto, em razão de ser relativamente capaz.

(B) O juiz encaminhará o termo de reconhecimento diretamente ao Oficial de Registro Civil, mas este só poderá proceder à averbação após a assistência dos pais de Jacinto, já que é relativamente incapaz.

(C) O juiz arquivará o processo, uma vez que o reconhecimento de paternidade de menor deve ser realizado diretamente pelos pais perante o Oficial de Registro Civil, sem a intervenção judicial após a indicação inicial.

(D) O juiz lavrará o termo de reconhecimento de paternidade e remeterá certidão ao Oficial da serventia onde foi feito o registro de nascimento de Cravo para a devida averbação.

25. Duas mulheres que vivem em união estável, Maria e Ana, recorreram à reprodução assistida heteróloga e tiveram uma filha. Ana foi ao cartório sozinha, com todos os documentos necessários, mas o oficial registrador recusou o registro, alegando ser obrigatória a presença de ambas e a indicação da mãe biológica. De acordo com o Código Nacional de Normas e as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, assinale a alternativa correta.

- (A) O registro só pode ser feito com autorização judicial em casos de reprodução assistida heteróloga.
- (B) O registrador deveria efetuar o registro, pois basta o comparecimento de um dos pais em união estável ou casamento, não se fazendo distinção entre ascendência materna ou paterna.
- (C) O registrador agiu corretamente, pois é obrigatória a presença de ambos os pais e a identificação da mãe biológica.
- (D) O registrador poderia recusar o registro apenas se não houvesse a declaração de nascido vivo.

26. Rogério, maior de 18 anos, alterou de forma imotivada seu prenome no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, passando a chamar-se Marcos. Meses depois, voltou a pedir nova alteração, desta vez declarando ser pessoa transgênero. O registrador negou o pedido, fundamentando-se na vedação legal e normativa de nova alteração extrajudicial do prenome e no Código Nacional de Normas. Rogério sustentou que a condição de pessoa transgênero permitiria exceção à regra. Nessa situação hipotética, segundo as normas em vigor, assinale a alternativa correta.

- (A) A alteração poderia ser feita porque, no caso, aplica-se o procedimento específico para pessoas transgênero, previsto no Código Nacional de Normas, que é distinto e independente do procedimento geral de alteração extrajudicial de prenome anteriormente utilizado por Rogério. Ademais, a eventual desconstituição da alteração anterior poderá ser realizada na via administrativa, mediante autorização do juiz corregedor permanente, ou na via judicial.
- (B) O registrador agiu incorretamente, pois a condição de transgênero permite novas alterações de prenome extrajudicialmente, de acordo com a autopercepção, não importando a quantidade de modificações.
- (C) O registrador agiu corretamente, pois é vedada nova alteração extrajudicial de prenome, ainda que no caso de pessoas transgênero, devendo eventual modificação posterior ser feita pela somente pela via judicial.
- (D) O pedido deveria ser deferido, mas com publicação obrigatória em jornal de grande circulação, o que afastaria a vedação legal.

27. Com relação às assinaturas eletrônicas previstas na legislação federal, em especial na Lei 6.015/73, que faz referência expressa à Lei n. 14.063, de 23 de setembro de 2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, é correto afirmar:

(A) Assinatura eletrônica qualificada é a que utiliza certificados não emitidos pela ICP-Brasil ou outro meio de comprovação da autoria e da integridade de documentos em forma eletrônica, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento, com as seguintes características: a) está associada ao signatário de maneira unívoca; b) utiliza dados para a criação de assinatura eletrônica cujo signatário pode, com elevado nível de confiança, operar sob o seu controle exclusivo; c) está relacionada aos dados a ela associados de tal modo que qualquer modificação posterior é detectável.

(B) Assinatura eletrônica avançada é a que utiliza certificados emitidos pela ICP-Brasil ou outro meio de comprovação da autoria e da integridade de documentos em forma eletrônica, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento, com as seguintes características: a) está associada ao signatário por meio de correio eletrônico; b) utiliza dados para a criação de assinatura eletrônica cujo signatário pode, com elevado nível de confiança, operar sob o seu controle exclusivo; c) está relacionada aos dados a ela associados de tal modo que qualquer modificação posterior é detectável.

(C) Assinatura eletrônica avançada é a que utiliza certificados não emitidos pela ICP-Brasil ou outro meio de comprovação da autoria e da integridade de documentos em forma eletrônica, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento, com as seguintes características: a) está associada ao signatário de maneira unívoca; b) utiliza dados para a criação de assinatura eletrônica cujo signatário pode, com elevado nível de confiança, operar sob o seu controle exclusivo; c) está relacionada aos dados a ela associados de tal modo que qualquer modificação posterior é detectável.

(D) Assinatura eletrônica qualificada é a que utiliza certificados emitidos pela ICP-Brasil ou outro meio de comprovação da autoria e da integridade de documentos em forma eletrônica, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento, com as seguintes características: a) está associada ao signatário por meio de correio eletrônico; b) utiliza dados para a criação de assinatura eletrônica cujo signatário pode, com elevado nível de confiança, operar sob o seu controle exclusivo; c) está relacionada aos dados a ela associados de tal modo que qualquer modificação posterior é detectável.

28. Com relação aos institutos de direito urbanístico abaixo relacionados, relativos ao parcelamento do solo urbano, assinale verdadeiro ou falso.

I - Loteamento é a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com ou sem abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

II - Desmembramento é a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, admitindo-se, no entanto, o prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

III - Desdobro é a subdivisão de um lote já integrante de parcelamento do solo regularmente aprovado e registrado, sem a abertura de novas vias ou logradouros públicos, realizada mediante averbação no registro imobiliário, desde que haja

aprovação municipal e que não se caracterize parcelamento sujeito ao registro especial previsto nos arts. 18 e 19 da Lei nº 6.766/1979.

IV - Conjunto habitacional é o empreendimento em que o parcelamento do imóvel urbano, com ou sem abertura de ruas, é feito para alienação de unidades habitacionais já edificadas pelo próprio empreendedor.

(A) F, F, V, F.

(B) F, F, V, V.

(C) F, V, V, V.

(D) F, F, F, V.

29. Comércio de Gaxetas Arauá Ltda. pretende requerer a falência de uma fundação de direito privado sediada em Pirapozinho pela impontualidade no pagamento de título executivo no valor de R\$ 90.000,00.

Ao ser apresentado o título no tabelionato para ser protestado para fins falimentares, o tabelião deverá:

(A) exigir caução prévia em dinheiro do apresentante para a eventualidade de ser denegado o pedido de falência.

(B) examinar o título antes da protocolização para comprovar se é título executivo e se o valor é superior a quarenta salários-mínimos.

(C) recusar o protesto diante de ser o título de responsabilidade de pessoa jurídica não sujeita às consequências da legislação falimentar;

(D) dar seguimento ao procedimento para o protesto, visto que não cabe ao tabelião averiguar prescrição, caducidade do título nem o enquadramento do devedor no processo de falência;

30. Em agosto de 2022, foi realizado pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal a "I Jornada de Direito Notarial e Registral", onde foram aprovados diversos enunciados. Com relação ao Registro Civil das Pessoas Naturais, assinale verdadeiro ou falso nas alternativas abaixo.

I — É admissível a averbação, no assento de nascimento, bem como nos registros subsequentes, da aquisição de nacionalidade originária estrangeira.

II — A presunção de paternidade, prevista no art. 1.597 do Código Civil, aplica-se aos conviventes em união estável, independentemente de prévio registro no Livro E do Registro Civil das Pessoas Naturais da Sede, ou, onde houver, no 1º Subdistrito da Comarca.

III — Em caso de suspeita ou dúvida acerca da declaração de pobreza para fins de habilitação de casamento, o Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais não poderá solicitar documentos comprobatórios acerca da hipossuficiência, prevalecendo a boa-fé do declarante.

IV — É possível a averbação, diretamente perante o Registro Civil das Pessoas Naturais, do divórcio consensual decretado no exterior, independentemente de intervenção judicial, cabendo ao interessado providenciar a homologação, pelo Superior Tribunal de Justiça, apenas dos demais capítulos da sentença estrangeira, tais como alimentos, partilha de bens e guarda (art. 961, §§ 2º e 5º, CPC/2015).

(A) V, F, V, V.

(B) V, F, F, V.

(C) V, V, F, V.

(D) F, V, V, F.

31. Mariana, 16 anos, filha de Carlos e Beatriz, deseja incluir o sobrenome de Ricardo, companheiro de sua mãe com quem convive há cinco anos em união estável formalizada por escritura pública lavrada em cartório, mas não registrada no Livro E do Registro Civil das Pessoas Naturais. Mariana possui forte vínculo afetivo com Ricardo e deseja que esse laço fique refletido em seu registro de nascimento, sem abrir mão dos sobrenomes de família que já possui. Carlos, pai registral de Mariana, após ser consultado, ficou indignado e recusou-se a dar o consentimento. Ricardo concordou expressamente com o pedido. Considerando os requisitos previstos no art. 57, § 8º, da Lei n. 6.015/1973 e no art. 515-M do Código Nacional de Normas, assinale a alternativa correta.

(A) O pedido de Mariana não poderá ser atendido pelo Oficial de Registro Civil, pois a escritura pública de união estável, por não estar registrada no Livro E do Registro Civil das Pessoas Naturais, é insuficiente para comprovar a relação de padrastio, sendo este o único óbice ao deferimento do pedido.

(B) O pedido de Mariana poderá ser atendido pelo Oficial de Registro Civil, pois o consentimento do pai registral Carlos pode ser suprido pela manifestação expressa de vontade da própria Mariana, considerando seu discernimento e o vínculo afetivo comprovado com Ricardo.

(C) O pedido de Mariana não poderá ser atendido pelo Oficial de Registro Civil, pois o art. 515-M, inciso II, do Código Nacional de Normas exige o consentimento por escrito de ambos os pais registrais e do padrasto, sendo a recusa de Carlos suficiente para obstar a averbação na via extrajudicial.

(D) O pedido de Mariana poderá ser atendido pelo Oficial de Registro Civil, pois a escritura pública de união estável não precisa estar registrada no Livro E do Registro Civil das Pessoas Naturais.

32. João faleceu em um vilarejo distante 22 quilômetros da sede do Registro Civil das Pessoas Naturais competente. Seu familiar, único responsável pelas providências fúnebres, compareceu ao cartório 16 dias após a data do óbito para efetuar o respectivo registro. Considerando as normas aplicáveis ao registro de óbito, assinale a alternativa correta.

(A) O Oficial de Registro Civil deverá proceder ao registro normalmente, pois o prazo de 3 meses é aplicável a todos os casos em que o registro não puder ser feito dentro de 24

horas do falecimento, independentemente da distância entre o local do óbito e a sede do cartório.

(B) O Oficial de Registro Civil deverá proceder ao registro normalmente, pois o vilarejo está situado a menos de 30 quilômetros da sede do cartório, o que confere ao declarante o prazo de 3 meses para efetuar o registro do óbito.

(C) O Oficial de Registro Civil deverá requerer autorização do Juiz Corregedor Permanente antes de lavrar o assento, pois o declarante compareceu após o prazo máximo de 15 dias aplicável aos lugares distantes até 30 quilômetros da sede do Registro Civil das Pessoas Naturais.

(D) O Oficial de Registro Civil deverá recusar o registro e encaminhar o declarante ao Ministério Público, pois o prazo legal foi ultrapassado e o registro tardio de óbito somente pode ser autorizado por via judicial, mediante ação de jurisdição voluntária.

33. Com relação ao Decreto-Lei 167/1967, que disciplina os títulos de crédito rural e, em especial, as cédulas de crédito rural, é correto afirmar:

(A) O credor poderá, desde que com a anuência do proprietário, não só percorrer todas e quaisquer dependências dos imóveis referidos no título, como verificar o andamento dos serviços neles existentes.

(B) Não são abrangidos pela hipoteca constituída as construções, respectivos terrenos, maquinismos, instalações e benfeitorias.

(C) É possível a averbação da constituição de direito real sobre os bens e benfeitorias como as máquinas, aparelhos, instalações e construções, adquiridos ou executados com o crédito, assim como quaisquer outras benfeitorias acrescidas aos imóveis na vigência da cédula.

(D) Não podem ser objeto de hipoteca cedular imóveis rurais e urbanos.

34. Estabelece a Constituição Federal que "constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (art. 216), sendo que "ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos" (§ 5º). Assim considerando, sobre a demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, assinale a alternativa correta considerando verdadeiro (V) ou falso (F).

I – Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é assegurado o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

II – A desapropriação para comunidades quilombolas possui caráter reparatório e de promoção de direitos fundamentais, não se aplicando a esse procedimento os prazos de caducidade das desapropriações comuns.

III – Compete à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

IV – A titulação será reconhecida e registrada mediante outorga de título coletivo e pró-indiviso às comunidades representadas por suas associações legalmente constituídas, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade.

(A) V, V, V, V.

(B) F, V, F, V.

(C) F, F, V, V.

(D) V, V, F, V.

35. Com relação ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas, considerando a Lei n. 6015/73 e as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, não poderão ser registrados os atos constitutivos de pessoas jurídicas, quando o seu objeto ou circunstâncias relevantes indiquem destino ou atividades ilícitos ou contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes. Assim considerando, assinale a alternativa correta.

(A) Ocorrendo qualquer dos motivos listados no enunciado, o oficial do registro, mediante provocação de qualquer autoridade, sobrestará o processo de registro independentemente de prenotação do título e suscitará dúvida para o Juiz Corregedor Permanente, que a decidirá.

(B) Ocorrendo qualquer dos motivos listados no enunciado, poderá o oficial sobrestar o registro, depois de protocolado o documento, até notificar o apresentante dessa circunstância; se este insistir, o registro será feito com essa nota, podendo o oficial, entretanto, submeter a dúvida ao Juiz competente, ou notificar o signatário para assistir ao registro, mencionando também as alegações pelo último aduzidas.

(C) Ocorrendo qualquer dos motivos listados no enunciado, o oficial do registro, de ofício ou por provocação de qualquer autoridade, sobrestará o processo, prenotará o título e suscitará dúvida para o Juiz Corregedor Permanente, que a decidirá.

(D) Ocorrendo qualquer dos motivos listados no enunciado, o oficial do registro, de ofício ou por provocação do interessado, sobrestará o processo de registro, prenotará o título e suscitará dúvida para o Juiz Corregedor Permanente, que a decidirá.

36. No Registro de Títulos e Documentos, não estão sujeitos a registro para surtir efeitos em relação a terceiros, nos termos da Lei n. 6015/73, de acordo com alterações introduzidas pela Lei 14.382/2022:

(A) as cartas de fiança em geral, feitas por instrumento particular, seja qual for a natureza do compromisso por elas abonado; os contratos de locação de serviços não atribuídos a outras repartições.

(B) os documentos decorrentes de depósitos, ou de cauções feitos em garantia de cumprimento de obrigações contratuais, ainda que em separado dos respectivos instrumentos.

(C) os atos administrativos expedidos para cumprimento de decisões judiciais, sem trânsito em julgado, pelas quais for determinada a entrega, pelas alfândegas e mesas de renda, de bens e mercadorias procedentes do exterior.

(D) os instrumentos de sub-rogação e de dação em pagamento.

37. No Registro de Títulos e Documentos, de acordo com as Normas de Serviço do Extrajudicial do Estado de São Paulo, são princípios informadores desse registro, dentre outros gerais de Direito Público:

(A) segurança jurídica, legalidade, territorialidade, compatibilidade, preponderância e finalidade.

(B) segurança jurídica, legalidade, territorialidade, especialidade, continuidade e finalidade.

(C) publicidade, legalidade, territorialidade, compatibilidade, preponderância e finalidade.

(D) segurança jurídica, legalidade, proporcionalidade, compatibilidade, preponderância e finalidade.

38. No Registro de Títulos e Documentos, de acordo com a Lei nº 6.015/73, assinale a alternativa correta sobre a responsabilidade do oficial de registro.

(A) O oficial, salvo quando agir de má-fé devidamente comprovada, não será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro ou da averbação por extrínseco do documento, título ou papel, respondendo tão somente pelos erros ou vícios no processo de registro.

(B) O oficial, salvo quando agir de má-fé devidamente comprovada, não será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro ou da averbação por vício intrínseco do documento, título ou papel, respondendo tão somente pelos erros ou vícios no processo de registro.

(C) O oficial, salvo quando agir de má-fé devidamente comprovada, não será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro ou da averbação por vício intrínseco ou extrínseco do documento, título ou papel, não respondendo pelos erros ou vícios no processo de registro.

(D) O oficial, salvo quando agir de má-fé devidamente comprovada, não será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro ou da averbação por vício intrínseco ou extrínseco do documento, título ou papel, respondendo tão somente pelos erros ou vícios no processo de registro.

39. Com relação ao pagamento de emolumentos no Registro de Imóveis, analise os enunciados abaixo e assinale a alternativa correta (V – verdadeiro / F – falso), considerando a Lei 6.015/73 e o Provimento nº 127, de 09 de fevereiro de 2022, do Conselho Nacional de Justiça.

I – As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como as entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários a exercer as atividades de depósito centralizado ou de registro de ativos financeiros e de valores mobiliários, poderão efetuar o pagamento dos atos pertinentes à vista de fatura.

II – Com relação aos pagamentos realizados pela plataforma do Sistema Integrado de Pagamentos Eletrônicos – SIPE, operada pelo Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (ONR), na modalidade de parcelamento por cartão de crédito, os custos cobrados pela operadora ou administradora autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil não serão repassados ao usuário.

III – Quando o título for apresentado para prenotação, o Oficial poderá optar: pelo depósito do pagamento antecipado dos emolumentos e das custas; ou pelo recolhimento do valor da prenotação e pelo depósito posterior do valor restante, no prazo de cinco dias contado da data da análise pelo oficial que concluir pela aptidão para registro.

(A) F, V, V.

(B) V, F, F.

(C) V, F, V.

(D) V, V, F.

40. Com relação ao procedimento de retificação de registro no Registro de Imóveis prevista na Lei n. 6.015/73, assinale a alternativa correta:

(A) Se, realizadas buscas, não for possível identificar os titulares do domínio dos imóveis confrontantes do imóvel retificando, deverá ser colhida a anuência de eventual ocupante, devendo os interessados não identificados ser notificados por meio de edital eletrônico, publicado duas vezes na internet, para se manifestarem no prazo de quinze dias úteis, com as implicações previstas na lei.

(B) Se, realizadas buscas, não for possível identificar os titulares do domínio dos imóveis confrontantes do imóvel retificando, deverão os interessados não identificados ser notificados por meio de edital eletrônico, publicado uma vez na internet, para se manifestarem no prazo de quinze dias corridos, com as implicações previstas na lei.

(C) Se, realizadas buscas, não for possível identificar os titulares do domínio dos imóveis confrontantes do imóvel retificando, deverá ser colhida a anuência de eventual ocupante, devendo os interessados não identificados ser notificados por meio de edital eletrônico, publicado uma vez na internet, para se manifestarem no prazo de quinze dias úteis, com as implicações previstas na lei.

(D) Se, realizadas buscas, não for possível identificar os titulares do domínio dos imóveis confrontantes do imóvel retificando, deverá ser colhida a anuência de eventual ocupante e, apenas na hipótese de recusa expressa, os interessados não identificados serão notificados por meio de edital eletrônico, publicado uma vez na internet, para se manifestarem no prazo de quinze dias úteis, com as implicações previstas na lei.

41. Com relação à Declaração sobre Operações Imobiliárias (DOI) de que trata o art. 8º da Lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002, obrigação acessória de registradores e tabeliães em hipóteses previamente determinadas, disciplinada pela Instrução Normativa RFB nº 2186, de 12 de abril de 2024, analise os enunciados abaixo e assinale a alternativa correta (V – verdadeiro / F – falso), considerando que a apresentação da respectiva declaração é obrigatória sempre que ocorrer operação de aquisição ou

alienação de imóvel realizada por pessoa física ou jurídica, independentemente de seu valor:

I - A DOI será emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis nas escrituras públicas, somente se não constar de seu teor a expressão "EMITIDA A DOI", para se evitar declarações duplicadas.

II - A DOI será emitida pelo Cartório de Registro de Títulos e Documentos, quando o documento celebrado por instrumento particular for submetido a registro, do qual deverá constar a expressão "EMITIDA A DOI".

III - O valor da operação imobiliária será o informado pelas partes ou, na ausência deste, o valor que serviu de base para o cálculo do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI ou para o cálculo do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD.

IV - A DOI será emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis nos títulos expedidos por autoridade judicial, nos casos de adjudicação, herança, legado ou meação, somente quando não constar dos autos a expressão "EMITIDA A DOI".

(A) V, V, V, F.

(B) F, F, F, V.

(C) V, F, F, V.

(D) F, V, V, F.

42. No procedimento de instituição de bem de família no Registro de Imóveis nos termos da Lei n. 6.015/73, caso seja apresentada reclamação durante o prazo legal de publicação, é correto afirmar que o oficial do registro deverá:

(A) fornecer ao instituidor cópia autêntica da reclamação e restituir-lhe a escritura, com a declaração de haver sido suspenso o registro, cancelando a prenotação, podendo o instituidor requerer ao Juiz que ordene o registro, sem embargo da reclamação.

(B) fornecer ao instituidor cópia autêntica da reclamação e reter a escritura pública até decisão judicial, com a declaração de haver sido suspenso o registro, cancelando a prenotação, podendo o instituidor requerer ao Juiz que ordene o registro, sem embargo da reclamação.

(C) fornecer ao instituidor cópia autêntica da reclamação e restituir-lhe a escritura, com a declaração de haver sido cancelado o registro, suspendendo a prenotação, podendo o instituidor requerer ao Juiz que ordene novo registro, após resolução da reclamação.

(D) remeter os autos ao Corregedor Permanente para decisão sobre a reclamação, suspendendo o registro e mantendo a prenotação, cabendo ao instituidor aguardar o pronunciamento da autoridade administrativa para, então, requerer a efetivação do registro.

43. O art. 288 da Lei nº 6.015/73 dispõe que, transitada em julgado a sentença que deferir o pedido, o oficial inscreverá, na matrícula, o julgado que determinou a submissão do imóvel aos efeitos do Registro Torrens, arquivando em cartório a

documentação autuada. Sobre os referidos "efeitos do Registro Torrens", assinale a alternativa correta.

(A) Os efeitos do Registro Torrens estão expressamente definidos na própria Lei nº 6.015/73, nos artigos subsequentes ao art. 288, que estabelecem a presunção absoluta de domínio e a inoponibilidade de vícios anteriores ao registro.

(B) Os efeitos do Registro Torrens estão definidos no Código Civil de 2002, que disciplinou integralmente a matéria ao tratar do registro de imóveis, revogando tacitamente as disposições anteriores sobre o Sistema Torrens.

(C) O Sistema Torrens foi introduzido no Brasil pelo Decreto nº 451-B/1890, inspirado no modelo australiano criado por Sir Robert Richard Torrens. A revogação desse decreto pelo Decreto nº 11/1991 gerou uma situação peculiar: a Lei 6.015/73 continua prevendo o procedimento (arts. 277 a 288), mas o diploma que definia os efeitos substanciais já não está mais em vigor.

(D) Os efeitos do Registro Torrens não constam de legislação específica, sendo construção exclusivamente doutrinária e jurisprudencial, cabendo ao Juiz competente defini-los caso a caso na sentença que deferir o pedido.

44. Sobre o Provimento n. 213 do Conselho Nacional de Justiça, de 20 de fevereiro de 2026, que dispõe sobre requisitos mínimos de segurança da informação para as serventias extrajudiciais, analise as afirmativas a seguir.

I. É vedada a utilização de sistemas operacionais, bancos de dados, aplicações críticas ou demais componentes tecnológicos que tenham atingido o fim do suporte oficial pelo fabricante (EOL — *End of Life*), com exceção das serventias de classificação 1, desde que ocorra comunicação prévia para a Corregedoria Geral do respectivo Estado e exista plano de substituição aprovado.

II. Os dados sensíveis, informações pessoais, registros eletrônicos e demais informações armazenadas ou transmitidas no âmbito das serventias deverão ser protegidos por mecanismos de criptografia adequados ao estado da técnica.

III. As serventias deverão manter trilhas de auditoria (*logs*) que permitam a rastreabilidade das operações realizadas nos sistemas utilizados para a prática de atos notariais e registrais, assegurando a identificação de usuários, data, hora, minuto e segundo das operações, natureza da ação executada e resultado obtido.

IV. A adoção de solução própria, contratada, compartilhada ou coletiva não afasta nem mitiga a autonomia jurídica da serventia extrajudicial, mas afasta a responsabilidade pessoal do delegatário, interino ou interventor quanto aos atos praticados e ao cumprimento das obrigações legais, regulamentares e correicionais, se comprovada a culpa de terceiros. Assinale a alternativa correta:

(A) Apenas I e II são verdadeiras.

(B) Apenas II e III são verdadeiras.

(C) Apenas I, III e IV são verdadeiras.

(D) Apenas II, III e IV são verdadeiras.

45. Nos termos do art. 22 da Lei nº 9.492/1997, o registro do protesto e seu instrumento deverão conter, dentre outros elementos:

(A) nome do apresentante e endereço; certidão das intimações feitas, vedada a menção a respostas eventualmente oferecidas; e data e assinatura do Tabelião de Protesto, de seus substitutos ou de Escrevente autorizado.

(B) data e número de protocolização; indicação dos intervenientes voluntários e das firmas por eles honradas; e nome, número do documento de identificação do devedor, estado civil e endereço.

(C) certidão das intimações feitas e das respostas eventualmente oferecidas e a aquiescência do portador ao aceite por honra.

(D) certidão das intimações feitas e das respostas eventualmente oferecidas e a indicação da profissão e nacionalidade do devedor.

46. Dispõe o art. 32, alínea "b", da Lei nº 4.591/64, que o incorporador somente poderá alienar ou onerar as frações ideais de terrenos e acessões que corresponderão às futuras unidades autônomas após o registro, no registro de imóveis competente, do memorial de incorporação composto, entre outros documentos, de certidões de ações cíveis e criminais e de ônus reais relativas ao imóvel, aos alienantes do terreno e ao incorporador. As Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, explicitando referido dispositivo, esclarecem que:

(A) As certidões dos distribuidores cíveis e criminais, inclusive da Justiça Federal, as negativas de impostos e as de protestos devem referir-se aos alienantes do terreno (proprietários imediatamente anteriores, o atual proprietário e compromissários compradores, se houver, inclusive seus cônjuges) e ao incorporador.

(B) As certidões dos distribuidores cíveis e criminais, inclusive da Justiça Federal, as negativas de impostos e as de protestos devem referir-se aos alienantes do terreno (proprietários e compromissários compradores, se houver, inclusive seus cônjuges, no período retroativo de dez anos) e ao incorporador.

(C) As certidões dos distribuidores cíveis e criminais, inclusive da Justiça Federal, as negativas de impostos e as de protestos devem referir-se aos alienantes do terreno (proprietários e compromissários compradores, se houver, inclusive seus cônjuges) e ao incorporador.

(D) As certidões dos distribuidores cíveis e criminais, inclusive da Justiça Federal, as negativas de impostos e as de protestos devem referir-se aos alienantes do terreno (proprietários e compromissários compradores, se houver, inclusive seus cônjuges, no período retroativo de cinco anos) e ao incorporador.

47. Um oficial de Registro de Imóveis recebe escritura pública pela qual o único proprietário de um imóvel rural com dois hectares aliena voluntariamente a quatro adquirentes a fração ideal de 1/4 ou 500 hectares cada uma. A fração mínima de parcelamento do município é de dois hectares. Desconfiado de eventual tentativa de fraude à legislação de parcelamento do solo, o oficial vale-se de sistema de visualização de imagens por satélite disponível na internet e constata a existência de parcelamento

irregular no local, desqualificando o título. Considerando as Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça de São Paulo, assinale a alternativa correta.

- (A) O oficial não poderia ter utilizado imagens obtidas por satélite para verificar a existência de parcelamento irregular, pois tal meio de comprovação não é admitido pelas normas registrais, principalmente por se tratar de informação *ex tabula*.
- (B) O oficial deve proceder ao registro, uma vez que a vedação ao condomínio voluntário com localização e metragem certas aplica-se exclusivamente ao parcelamento de solo urbano e a condomínios edilícios, não alcançando imóveis rurais.
- (C) O oficial agiu corretamente ao recorrer a imagens de satélite para comprovar o parcelamento irregular, devendo negar o registro, pois é vedada a alienação voluntária de frações ideais com metragem certa que implique fraude ou descumprimento da legislação de parcelamento do solo e do Estatuto da Terra.
- (D) Constatado o parcelamento irregular, o oficial deve registrar o ato e comunicar o fato incontinente ao Ministério Público, a quem compete exclusivamente declarar a nulidade de alienações que violem a legislação de parcelamento do solo.

48. Um incorporador registrou uma incorporação imobiliária no Cartório de Registro de Imóveis competente e, após 180 dias, procedeu à averbação das certidões e documentos atualizados, conforme exigido pelo art. 33 da Lei n. 4.591/1964. Passados outros 180 dias sem que a incorporação se concretizasse, pois nenhuma unidade futura havia sido alienada ou onerada, nenhum financiamento para a construção havia sido contratado e as obras não haviam sido iniciadas, o incorporador voltou a ofertar publicamente o empreendimento, sem realizar nova averbação. Considerando o disposto na referida lei, assinale a alternativa correta.

- (A) O procedimento de atualização das certidões e documentos é exigido uma única vez, razão pela qual a conduta do incorporador está em conformidade com a lei.
- (B) O incorporador agiu corretamente, pois o parágrafo único do art. 33 somente exige nova averbação após 360 dias do registro original da incorporação.
- (C) A ausência de nova averbação não acarreta qualquer irregularidade, cabendo ao oficial de Registro de Imóveis apenas analisar eventual caducidade do auto de aprovação municipal.
- (D) O incorporador agiu de forma irregular, pois o procedimento de averbação deve ser realizado a cada 180 dias enquanto não concretizada a incorporação.

49. Nos termos da Lei n.º 6.766/1979, sobre o loteamento de acesso controlado, assinale a alternativa correta.

- (A) Constitui loteamento de acesso controlado a modalidade de loteamento cujo controle de acesso será regulamentado por ato do poder público Municipal, sendo vedado o impedimento de acesso a pedestres ou a condutores de veículos, não residentes, independentemente de identificação ou cadastramento.
- (B) Constitui loteamento de acesso controlado a modalidade de loteamento cujo controle de acesso será regulamentado por ato do poder público Municipal, sendo permitido o

impedimento de acesso a pedestres ou a condutores de veículos, não residentes, mesmo devidamente identificados ou cadastrados.

(C) Constitui loteamento de acesso controlado a modalidade de loteamento cujo controle de acesso será regulamentado por ato do poder público Municipal e convenção dos moradores, sendo vedado o impedimento de acesso a pedestres ou a condutores de veículos, não residentes, devidamente identificados ou cadastrados.

(D) Constitui loteamento de acesso controlado a modalidade de loteamento cujo controle de acesso será regulamentado por ato do poder público Municipal, sendo vedado o impedimento de acesso a pedestres ou a condutores de veículos, não residentes, devidamente identificados ou cadastrados.

50. João, loteador e proprietário de gleba situada em área urbana de determinado município paulista, aprovou perante a prefeitura local e registrou loteamento junto ao Registro de Imóveis competente. Após alguns anos, não tendo o empreendimento prosperado, e tendo sido alienados apenas quatro lotes a terceiros adquirentes, João deseja cancelar o registro do loteamento. Considerando o procedimento previsto na Lei n.º 6.766/1979, assinale a alternativa correta.

(A) João poderá requerer o cancelamento do registro do loteamento com a anuência da Prefeitura Municipal, cabendo ao Oficial do Registro de Imóveis publicar edital do pedido de cancelamento, que poderá ser impugnado no prazo de trinta dias contados da data da última publicação, sendo o processo, findo esse prazo, remetido ao juiz competente para homologação, ouvido o Ministério Público.

(B) João poderá requerer o cancelamento do registro do loteamento conjuntamente com todos os adquirentes de lotes, com anuência da Prefeitura Municipal e do Estado, cabendo ao Oficial do Registro de Imóveis publicar edital do pedido de cancelamento, que poderá ser impugnado no prazo de trinta dias contados da data da última publicação, sendo o processo, findo esse prazo, com ou sem impugnação, remetido ao juiz competente para homologação, ouvido o Ministério Público.

(C) João poderá requerer o cancelamento do registro do loteamento conjuntamente com todos os adquirentes de lotes, com anuência da Prefeitura Municipal, dispensada a anuência do Estado, cabendo ao Oficial do Registro de Imóveis publicar edital do pedido de cancelamento, que poderá ser impugnado no prazo de quinze dias contados da data da última publicação, sendo o processo remetido ao juiz competente para homologação.

(D) João poderá requerer o cancelamento do registro do loteamento conjuntamente com todos os adquirentes de lotes, com anuência da Prefeitura Municipal e do Estado, cabendo ao Oficial do Registro de Imóveis publicar edital do pedido de cancelamento, que poderá ser impugnado no prazo de trinta dias contados da data da última publicação, sendo que, findo esse prazo, sem impugnação, será procedida a averbação do cancelamento.

DIREITO CIVIL

(15 questões)

51. Assinale a alternativa que apresenta corretamente os requisitos do testamento hológrafo de emergência previsto no art. 1.879 do Código Civil.

(A) Escrito de próprio punho, assinado pelo testador, com a presença de ao menos uma testemunha e circunstância excepcional declarada na cédula.

(B) Escrito de próprio punho ou por processo mecânico, assinado pelo testador, sem testemunhas e circunstância excepcional declarada na cédula.

(C) Escrito de próprio punho, assinado pelo testador, sem testemunhas e circunstância excepcional declarada na própria cédula.

(D) Escrito de próprio punho, assinado pelo testador e por duas testemunhas, com circunstância excepcional declarada posteriormente em juízo.

52. A teoria do diálogo das fontes, desenvolvida pela professora Cláudia Lima Marques, propõe a superação dos critérios clássicos de solução de antinomias jurídicas por meio de uma interação dialógica entre as normas. Sobre as modalidades de diálogo entre as fontes, é correto afirmar:

(A) O diálogo sistemático de coerência ocorre quando a aplicação de duas normas se dá de modo coordenado e indireto, permitindo que o sistema geral de responsabilidade civil sem culpa regule aspectos de casos de consumo, desde que traga normas favoráveis ao consumidor.

(B) O diálogo de complementaridade ocorre quando há aplicação simultânea de duas leis, de modo que uma sirva de base conceitual para a outra, tal como ocorre quando o conceito de contrato é extraído do Código Civil para complementar o regime do contrato de adesão regido pelo Código de Defesa do Consumidor.

(C) O diálogo de subsidiariedade ocorre quando a aplicação de duas normas se dá de modo coordenado e indireto, de forma que o sistema geral de decadência ou de responsabilidade civil sem culpa pode ser utilizado para regular aspectos de casos de consumo, quando trazer normas mais favoráveis ao consumidor.

(D) Os diálogos de influências recíprocas sistemáticas ocorrem exclusivamente quando conceitos estruturais do Código Civil sofrem influências do Código de Defesa do Consumidor, sendo vedada a operação inversa, em razão do princípio da proteção ao consumidor.

53. Ano passado, Lauro e Sara casaram-se civilmente. Por ocasião da habilitação para o casamento, Sara tinha 16 anos. Sua mãe autorizou o casamento, mas seu pai, não. Foi necessário suprimento judicial de consentimento para o casamento. Sara, atualmente com 17 anos, deseja pôr fim ao casamento, embora não seja essa a vontade de Lauro.

Nesse caso:

(A) o regime de bens que rege o casamento civil entre os cônjuges é o da separação convencional de bens, em virtude da idade de Sara quando da habilitação.

(B) se o divórcio for decretado enquanto Sara ainda tiver 17 anos, ela retorna à condição de relativamente incapaz, cessando a emancipação.

(C) se for provado que o casamento de Sara foi celebrado mediante o defeito da coação moral, o casamento deve ser declarado nulo.

(D) ocorrendo o divórcio, Lauro poderá se casar novamente, inclusive com a irmã de Sara, pois o parentesco por afinidade é extinto na linha colateral com o divórcio.

54. Considere as seguintes afirmativas acerca do testamento, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

I – É válido o testamento particular que, embora não contenha assinatura de próprio punho da testadora, apresenta sua impressão digital, desde que comprovada a autenticidade da manifestação de vontade.

II – É válido o testamento público que, apesar da existência de vício formal, reflita a real vontade livre e consciente do testador, quando a irregularidade decorrer exclusivamente de conduta imputável ao notário responsável pela prática do ato.

III – É válido o testamento particular redigido de próprio punho que não contenha a assinatura do testador. Assinale a alternativa correta:

(A) Todas as afirmativas são falsas.

(B) Somente a afirmativa III é falsa.

(C) As afirmativas II e III são verdadeiras.

(D) Todas as afirmativas são verdadeiras.

55. Marcos estava passeando com sua mãe quando ela começa a se sentir mal. Atônito, adentra o hospital mais próximo, clamando por ajuda. Enquanto o médico realiza o primeiro atendimento, Marcos é convidado a resolver as questões burocráticas. Nesse momento, solicitam-lhe um cheque caução no valor de R\$ 500.000,00. Marcos argumenta que não possui tal quantia. Em contrapartida, dizem-lhe que, sem o cheque, não haverá atendimento a sua mãe. Marcos faz o cheque e o entrega ao administrador do hospital.

De acordo com o Código Civil, a situação narrada caracteriza um defeito do negócio jurídico, qual seja:

(A) simulação.

(B) estado de perigo.

(C) coação.

(D) lesão.

56. Doutrinariamente, verifica-se a chamada propriedade ad tempus no(a):

(A) revogação da doação por ingratidão.

(B) exercício de direito de retrato.

(C) alienação fiduciária de bens móveis;

(D) venda a contento.

57. André celebrou com Bianca contrato para a venda de imóvel por instrumento público, não obstante o valor do imóvel objeto de o negócio ser inferior a trinta vezes o maior salário-mínimo vigente no país. Antes do cumprimento do contrato, todavia, as partes começaram a ter alguns desentendimentos e acabaram desistindo do avençado em comum acordo. Celebraram então o distrato, mas o fizeram por meio de instrumento particular.

Diante disso, o distrato é:

(A) nulo.

(B) anulável.

(C) Ineficaz.

(D) válido.

58. Genésio, casado com Hermenegilda pelo regime da comunhão parcial de bens, com quem teve dois filhos, Hugo e José Carlos, faleceu no início deste mês, tendo deixado bens particulares. Quando de sua morte, deixou vivos, além da esposa e de Hugo, seu pai, Heráclito, seu irmão, Alcebíades, e dois netos, Luiz e Paula. Seus dois netos são filhos de José Carlos, falecido no ano passado. Hermenegilda teve um filho antes de conhecer Genésio, chamado Artur.

Considerando que Genésio não deixou testamento, sobre a sua sucessão, é correto afirmar que:

(A) Alcebíades teria direito à herança se tanto Hugo como Luiz, Paula e Hermenegilda fossem pré-mortos.

(B) Luiz e Paula não herdam, porque estando Hugo em grau mais próximo entre os descendentes, ele os exclui da herança.

(C) Heráclito herdaria se Genésio não tivesse deixado descendentes vivos.

(D) Se Hermenegilda tivesse morrido antes de Genésio, Artur poderia pretender parte na herança dele.

59. Assinale a alternativa correta sobre a simulação.

(A) A simulação não pode ser alegada por uma das partes partícipes do negócio contra a outra.

(B) Tal como ocorre na reserva mental, a simulação pressupõe concorrência de vontades voltadas à produção de efeitos que, na verdade, não são desejados.

(C) Na simulação relativa, o aproveitamento do negócio dissimulado se subordina à verificação de ausência de ofensa à lei e preenchimento de requisitos de validade, e não decorre tão somente da invalidade do negócio jurídico simulado.

(D) A simulação gera a nulidade do negócio jurídico, com efeitos ex tunc, razão pela qual não há como preservar eventuais direitos de terceiros de boa-fé.

60. Uma dívida prescrita, o penhor oferecido por terceiro, uma dívida de jogo e a fiança representam, respectivamente, obrigação:

(A) com Schuld sem Haftung, com Haftung sem Schuld próprio, com Schuld sem Haftung e com Haftung sem Schuld atual.

(B) sem Schuld e sem Haftung, com Haftung sem Schuld próprio, com Schuld sem Haftung e com Haftung sem Schuld atual.

(C) com Schuld sem Haftung, com Haftung sem Schuld próprio, sem Schuld e sem Haftung e com Haftung sem Schuld atual.

(D) com Haftung sem Schuld, com Haftung sem Schuld atual, com Schuld sem Haftung e com Haftung sem Schuld próprio.

61. No que se refere ao direito de propriedade, assinale a alternativa correta.

(A) O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reaver do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha, de modo que se trata de um direito absoluto.

(B) O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, em conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas, com o que, podendo padecer de limitações voluntárias e de restrições legais, isso estaria a significar que o legislador e as pessoas em geral deixaram de lado convencimento da conveniência da manutenção daquele.

(C) Se a utilização da coisa se faz abusiva, o proprietário pode vir a ser compelido a reparar o prejuízo causado, mas nunca a responder também criminalmente.

(D) A imposição de deveres ao proprietário, como os de proteção das chamadas áreas de preservação permanente e de manutenção ou recuperação de matas ou vegetação nativa, a título de reserva legal, de determinado percentual dos imóveis rurais, pode ser considerada como medida voltada para a preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

62. Em relação às cláusulas especiais do contrato de compra e venda, é acertado considerar que

(A) o direito de retrato, na compra e venda com cláusula de retrovenda, é personalíssimo, não cessível ou transmissível por herança, podendo ser exercido contra terceiro adquirente.

(B) na venda sobre documentos, se forem estes achados em ordem, admite-se a recusa ao pagamento do preço em virtude do recebimento da coisa com defeito.

(C) a venda a contento e a venda sujeita a prova se entendem realizadas sob condição suspensiva.

(D) na compra e venda com reserva do domínio, a propriedade se transfere mediante a entrega efetiva da coisa.

63. A Teoria do Adimplemento Substancial é amplamente utilizada no Direito Civil para impedir a resolução de contratos quando o inadimplemento é mínimo. Contudo, especificamente no âmbito da ação de adjudicação compulsória, o Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento recentemente de que essa teoria é:

(A) Aplicável subsidiariamente, permitindo a adjudicação mediante o depósito judicial do valor incontroverso restante.

(B) Aplicável, desde que o saldo devedor seja inferior a 5% do valor do contrato, em homenagem à boa-fé objetiva.

(C) Inaplicável, diante da exigência legal de quitação integral do preço e da própria natureza da pretensão de adjudicação.

(D) Inaplicável apenas para contratos firmados antes da vigência do atual Código Civil, sendo admitida para negócios jurídicos recentes.

64. Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações sobre a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça com relação ao instituto da desconsideração da personalidade jurídica.

I – O instituto da desconsideração da personalidade jurídica, previsto no art. 50 do CC/2002, presta-se para atribuir responsabilidade patrimonial a terceiros que não têm qualquer espécie de vínculo jurídico com as sociedades atingidas, caso ocorra confusão ou desvio patrimonial, a ensejar suposta fraude contra credores.

II – O art. 82-A da Lei n. 11.101/2005 confere ao Juízo falimentar competência exclusiva para desconsiderar a personalidade jurídica.

III – O trânsito em julgado da decisão que aprecia pedido de desconsideração da personalidade jurídica torna a questão preclusa para as partes da relação processual, inviabilizando a dedução de novo requerimento com base na mesma causa de pedir.

IV – O fato de ser o Fundo de Investimento em Participação (FIP) constituído sob a forma de condomínio e de não possuir personalidade jurídica não é capaz de impedir, por si só, a aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica em caso de comprovado abuso de direito por desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

(A) V – F – F – V.

(B) F – F – V – V.

(C) F – V – V – V.

(D) V – V – F – V.

65. Com relação às várias teorias justificadoras do nexo de causalidade na responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Pela teoria da equivalência das condições ou do histórico dos antecedentes (*sine qua non*), nem todos os fatos relativos ao evento danoso geram a responsabilidade civil.
- (B) A teoria da causalidade adequada aduz que somente o fato relevante ao evento danoso gera a responsabilidade civil, devendo a indenização ser adequada aos fatos que a envolvem, mormente nas hipóteses de concorrência de causas.
- (C) De acordo com a teoria do dano direto e imediato ou teoria da interrupção do nexo causal, havendo violação do direito por parte do credor ou de terceiro, haverá interrupção do nexo causal, com a consequente irresponsabilidade do suposto agente.
- (D) As teorias da causalidade adequada e do dano direto e imediato não foram adotadas pelo Código Civil de 2002.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

(03 questões)

66. Acerca da hipoteca judiciária, disciplinada no art. 495 do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A decisão condenatória em prestação pecuniária, desde que seja originária, não podendo resultar de conversão de obrigação de fazer, não fazer ou de dar coisa, vale, por si só, como título constitutivo de hipoteca judiciária.
- (B) Para o registro da hipoteca judiciária, basta a apresentação de cópia da sentença perante o cartório de registro imobiliário, independentemente de ordem judicial, de declaração expressa do juiz ou de demonstração de urgência.
- (C) A hipoteca judiciária não confere ao credor hipotecário prioridade no pagamento em relação a outros credores, observada a ordem de registro, mas garante o direito de sequela ao credor.
- (D) A decisão que condenar o réu ao pagamento de prestação consistente em dinheiro e a que determinar a conversão de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa em prestação pecuniária valerão como título constitutivo de hipoteca judiciária, desde que materializada por carta de sentença.

67. À luz das disposições do Código de Processo Civil, da jurisprudência administrativa do Conselho Superior da Magistratura do Estado de São Paulo e do entendimento consolidado dos Tribunais Superiores acerca dos efeitos da arrematação decorrente de execução cível, assinale a alternativa correta.

- (A) A partir da expedição do auto de arrematação, o arrematante torna-se responsável pelo pagamento dos tributos do imóvel, desde que devidamente imitado na posse.
- (B) No caso de arrematação, alienação ou adjudicação, a autoridade judicial que determinou tais medidas deverá, expressamente, prever o cancelamento das demais

constrições oriundas de outros processos, cabendo ao exequente arcar com os emolumentos devidos.

(C) A arrematação é forma originária de aquisição, conforme atual jurisprudência administrativa do Conselho Superior da Magistratura do Estado de São Paulo.

(D) Em se tratando a dívida de condomínio de obrigação *propter rem*, constando expressamente do edital de praça a existência de ônus incidente sobre o imóvel, o arrematante é responsável pelo pagamento das despesas condominiais vencidas, ainda que estas sejam anteriores à arrematação.

68. Sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) e o julgamento de casos repetitivos, nos termos do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

(A) O julgamento de casos repetitivos tem por objeto exclusivamente questão de direito material, sendo inadmissível sua instauração para uniformização de questões de natureza processual, e os acórdãos dele decorrentes vinculam apenas os órgãos judiciais hierarquicamente inferiores ao tribunal prolator.

(B) Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente, sendo que os acórdãos proferidos em incidente de resolução de demandas repetitivas são de observância obrigatória pelo próprio tribunal e pelos órgãos a ele vinculados, e a alteração da tese jurídica adotada observará a necessidade de fundamentação adequada e específica, considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia.

(C) O julgamento de casos repetitivos tem por objeto questão de direito material ou processual, sendo que a modulação dos efeitos da alteração de jurisprudência dominante dos tribunais superiores oriunda de julgamento de casos repetitivos é vedada, pois o princípio da isonomia impõe a aplicação imediata e irrestrita da nova tese a todos os casos pendentes e futuros.

(D) O julgamento de casos repetitivos tem por objeto questão de direito material ou processual, sendo que os tribunais ficam dispensados de dar publicidade a seus precedentes na rede mundial de computadores quando já houver divulgação em diário oficial, e a alteração de tese jurídica adotada em julgamento de casos repetitivos prescinde de fundamentação específica.

DIREITO PENAL

(02 questões)

69. Carlos, tabelião de um ofício de notas, apropriou-se de valores públicos que deveriam ter sido repassados a determinado fundo estadual, cujos recursos financeiros são destinados ao processo de modernização e reaparelhamento do Poder Judiciário. Nessa situação, de acordo com o entendimento do STJ, a conduta praticada por Carlos configura crime

(A) de concussão.

- (B) de apropriação indébita.
- (C) contra a ordem tributária.
- (D) de peculato-desvio.

70. À luz das disposições da Lei n. 6.766/1979, da Lei n. 4.591/1964 e do Código Penal, com relação aos crimes que podem ser cometidos por registradores e tabeliães no exercício de suas funções, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Nos termos do art. 52 da Lei n. 6.766/1979, constitui crime, punido com detenção de um a dois anos e multa, registrar loteamento ou desmembramento não aprovado pelos órgãos competentes, bem como registrar compromisso de compra e venda de loteamento não registrado.
- (B) O crime de falso reconhecimento de firma ou letra, previsto no art. 300 do Código Penal, prevê pena de reclusão de um a cinco anos e multa quando o documento for público, e de reclusão de um a três anos e multa quando o documento for particular.
- (C) O art. 65 da Lei n. 4.591/1964, que tipifica crime contra a economia popular na promoção de incorporações, também torna típica a conduta do oficial de Registro de Imóveis que registrar incorporação inexistente, nos termos do § 1.º do referido dispositivo.
- (D) A pena prevista no art. 52 da Lei n. 6.766/1979 para o registro de compromisso de compra e venda de loteamento não registrado é de detenção de um a dois anos, cumulada com multa, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

(01 questão)

71. No curso de um inquérito policial que apura crimes de lavagem de dinheiro praticados, em tese, por Soriano Neto, a autoridade policial apresenta representação pela medida assecuratória de sequestro de um imóvel. Constatou-se que o referido bem, embora registrado na matrícula imobiliária em nome de Serpa Lopes (terceiro), teria sido adquirido por Soriano Neto com os proventos diretos da infração penal. Diante da existência de indícios veementes da proveniência ilícita, o juízo criminal, ainda antes de oferecida a denúncia, emite mandado para a averbação da medida no Registro de Imóveis. Com base nas disposições do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta sobre a situação narrada:

- (A) O sequestro de bens imóveis é incabível na hipótese narrada, uma vez que o imóvel já foi transferido a terceiro (Serpa Lopes), desrespeitando-se, assim, o princípio da continuidade registral.
- (B) A medida poderá ser ordenada pelo juiz ainda que antes de oferecida a denúncia, devendo o sequestro ser inscrito no Registro de Imóveis e autuado em apartado, admitindo-se a interposição de embargos de terceiro.

C) Para a decretação do sequestro, o Código de Processo Penal exige a prova cabal e definitiva da autoria e da materialidade, não bastando a mera existência de indícios veementes da origem ilícita dos bens, devendo o Juízo criminal enviar necessariamente uma ordem de indisponibilidade diretamente ao Cartório de Registro de Imóveis.

D) A averbação do sequestro deverá ser realizada no Registro de Imóveis porque retrata uma ordem judicial e é insuscetível de qualificação registral negativa, sob pena, inclusive de cometimento de crime de desobediência, conforme jurisprudência da Corregedoria Geral da Justiça e tribunais superiores.

DIREITO TRIBUTÁRIO

(05 questões)

72. Conforme o item 2.1 da Tabela anexa à Lei Estadual nº 11.331, de 26 de dezembro de 2002, relativo ao Registro de Imóveis, “considera-se averbação com valor aquela referente à fusão, cisão ou incorporação de sociedades, ao cancelamento de direitos reais e de outros gravames, bem como aquela que implique alteração do contrato, da dívida ou da coisa, inclusive retificação de área, tomando-se, neste caso, como base de cálculo o valor venal do imóvel”. Segundo a jurisprudência administrativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, considera-se averbação sem conteúdo econômico ou sem valor declarado:

I – Averbação de óbito de um dos usufrutuários, quando o usufruto tiver sido instituído com cláusula de acrescer.

II – Averbação de cancelamento das cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade.

III – Averbação de cancelamento de registro de incorporação imobiliária.

IV – Averbação de cancelamento de indisponibilidade de bens. Assinale a alternativa correta.

(A) Os itens I, II e IV são verdadeiros.

(B) Os itens II e III são verdadeiros.

(C) Somente o item III é verdadeiro.

(D) Todos os itens são verdadeiros.

73. O Sistema Tributário Nacional previsto na Constituição Federal deve observar os princípios

(A) da modicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.

(B) da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da função social da propriedade.

(C) da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.

(D) da modicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da função social da propriedade.

74. A Portaria CAT-89, de 26 de outubro de 2020, editada pela Coordenadoria da Administração Tributária da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, disciplina os procedimentos a serem observados pelos cartórios e demais pessoas jurídicas que menciona em relação a atos praticados sob sua responsabilidade passíveis de tributação pelo Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD. Sobre as obrigações impostas ao Cartório de Registro de Imóveis, assinale a alternativa que apresenta corretamente as afirmações verdadeiras (V) e falsas (F):

I - Caso o Cartório de Registro de Imóveis seja obrigado, em virtude de decisão judicial ou determinação da Corregedoria a que esteja subordinado, a promover o registro ocorrido em virtude de transmissão “causa mortis” ou doação, sem a observância das regras constantes da portaria para quanto aos registros relativos às transmissões de propriedade, tal evento será comunicado imediatamente à Secretaria da Fazenda e Planejamento por meio do e-mail.

II - Quando do registro de alterações na propriedade de imóvel, ocorridas em virtude de transmissão “causa mortis”, os Cartórios de Registro de Imóveis deverão exigir somente o respectivo comprovante de pagamento dos débitos declarados na referida Declaração de ITCMD.

III - Em caso de solicitação de quaisquer das Diretorias ou Delegacias da Secretaria da Fazenda e Planejamento, os Cartórios de Registro de Imóveis fornecerão planilha, em meio digital, com relação dos registros ocorridos em virtude de transmissão onerosa, contendo as indicações previstas na respectiva solicitação.

(A) V, F, V.

(B) V, F, F.

(C) F, F, V.

(D) F, V, V.

75. Com relação aos emolumentos devidos pela constituição de direitos reais de garantia mobiliária ou imobiliária destinados ao crédito rural, nos termos da Lei n. 10.169, de 29 de dezembro de 2000, é correto afirmar que:

(A) nos registros, quando dois ou mais imóveis forem dados em garantia, situados ou não na mesma circunscrição imobiliária, tenham ou não igual valor, a base de cálculo dos atos levará em consideração a área de superfície dos respectivos imóveis, limitada à base do valor lançado para fins de cálculo do imposto territorial rural de cada bem.

(B) nos registros, quando dois ou mais imóveis forem dados em garantia, desde que situados na mesma circunscrição imobiliária, tenham ou não igual valor, a base de cálculo dos atos será o resultado da divisão do valor do mútuo pelo número de imóveis,

limitada à base do valor lançado para fins de cálculo do imposto territorial rural de cada bem.

(C) nas averbações, quando dois ou mais imóveis forem dados em garantia, situados ou não na mesma circunscrição imobiliária, tenham ou não igual valor, a base de cálculo dos atos será o resultado da divisão do valor do mútuo pelo número de imóveis, limitada ao potencial econômico de cada bem.

(D) nos registros, quando dois ou mais imóveis forem dados em garantia, situados ou não na mesma circunscrição imobiliária, tenham ou não igual valor, a base de cálculo dos atos será o resultado da divisão do valor do mútuo pelo número de imóveis, limitada ao potencial econômico de cada bem.

76. Nos termos da Lei Complementar nº 225, de 8 de janeiro de 2026, que dispõe sobre os direitos do contribuinte perante a administração tributária, assinale a alternativa que não configura direito do contribuinte ou responsável previsto expressamente na respectiva legislação.

(A) Receber comunicações e explicações claras, simples e facilmente compreensíveis sobre a legislação tributária e os procedimentos necessários ao cumprimento de suas obrigações.

(B) Ser intimado dos atos e decisões que lhe imponham deveres, ônus ou sanções, bem como exercer o direito de impugná-los e recorrer das decisões que lhe sejam desfavoráveis.

(C) Ter resguardado o sigilo das informações prestadas à administração tributária, ressalvadas as hipóteses de autorização legal ou determinação judicial.

(D) Ter assegurado duplo grau obrigatório de jurisdição administrativa, independentemente de previsão na legislação específica.

DIREITO EMPRESARIAL

(07 questões)

77. Sobre as debêntures, é correto afirmar, conforme a Lei das Sociedades Anônimas (6.404/76):

(A) a emissão de debêntures deve ser registrada no Livro 3 – Registro Auxiliar, do Registro de Imóveis para validade perante terceiros;

(B) a emissão de debêntures será arquivada no registro do comércio e no Registro de Imóveis na circunscrição do imóvel sede da sociedade anônima;

(C) a obrigação de não alienar ou onerar bem imóvel ou outro bem sujeito a registro de propriedade, assumida pela companhia na escritura de emissão, é oponível a terceiros, desde que averbada no competente registro;

(D) a emissão de debênture somente recebe publicidade no Registro de Imóveis quando existe garantia de imóvel por meio de hipoteca ou alienação fiduciária.

78. Lúcia deve certa soma em dinheiro a João, tendo sido a obrigação de pagar reconhecida em um título de crédito. Incomodada com o status de devedora, ela quer pagar o quanto antes. Segundo as regras do Código Civil,

- (A) João é obrigado a receber o pagamento antes do vencimento do título.
- (B) ao pagar a quantia total, Lucia poderá exigir de João a quitação regular, mas não a entrega do título.
- (C) se ela pagar antes do vencimento, ficará responsável pela validade do pagamento.
- (D) quando do vencimento, João poderá recusar o pagamento parcial.

79. Estão parcialmente excluídos do regime falimentar, dentre outras hipóteses:

- (A) as instituições financeiras; entidades abertas de previdência complementar e as de capitalização; e câmaras de serviços de compensação e de liquidação financeira (aprovadas pelo Banco Central).
- (B) as instituições financeiras; entidades abertas de previdência complementar e as de capitalização; as sociedades arrendadoras que tenham por objeto exclusivo a exploração de leasing, sujeitas ao mesmo regime de liquidação extrajudicial previsto para as instituições financeiras.
- (C) as instituições financeiras; as entidades fechadas de previdência complementar; as operadoras de planos privados de assistência à saúde, submetidas ao regime de liquidação extrajudicial pela ANS (Agência Nacional de Saúde).
- (D) as entidades abertas de previdência complementar (LC 109/2001, art. 73) e as de capitalização; as seguradoras, que devem ter a falência requerida pelo liquidante nomeado pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), quando frustrada a liquidação extrajudicial ou se surgirem nesta indícios de crime falimentar; e as sociedades que se dediquem à administração de consórcios, fundos mútuos e outras atividades assemelhadas.

80. No que se refere à letra de câmbio, assinale a alternativa correta quanto à definição de *prazo de respiro*.

- (A) Apresentado o título ao tabelião, este tem o devedor de conceder o direito ao sacado de proceder o pagamento no dia útil seguinte ao término do prazo legal de protesto.
- (B) Apresentado o título ao sacado, este tem o direito de pedir que ele lhe seja reapresentado no dia seguinte.
- (C) O prazo de respiro consiste no período concedido ao sacador para regularizar o título antes de seu vencimento, suspendendo a exigibilidade da obrigação cambial.
- (D) O prazo de respiro corresponde ao intervalo entre a emissão da letra de câmbio e a data de seu vencimento, durante o qual não pode ser exigido o pagamento do título.

81. Com relação à classificação dos créditos concursais, assinale a alternativa que corresponde à ordem decrescente de preferência de pagamento no regime falimentar.

(A) créditos por acidentes de trabalho e créditos trabalhistas; créditos com garantia real; dívida ativa, de natureza tributária ou não tributária, excetuadas as multas; os créditos extraconcursais.

(B) créditos trabalhistas; créditos por acidente de trabalho; dívida ativa, de natureza tributária ou não tributária, excetuadas as multas; créditos com garantia real.

(C) os créditos extraconcursais; créditos por acidentes de trabalho e créditos trabalhistas; créditos com garantia real; dívida ativa, de natureza tributária ou não tributária, excetuadas as multas.

(D) dívida ativa, de natureza tributária ou não tributária, excetuadas as multas; os créditos extraconcursais; créditos com garantia real.

82. Em conformidade com o Decreto-Lei 413 de 1969, a cédula de crédito industrial pode ser garantida por:

I - Penhor cedular.

II - Alienação fiduciária.

III - Fiança.

IV - Hipoteca cedular.

A sequência correta é:

(A) Apenas a assertiva III está incorreta.

(B) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

(C) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

(D) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

83. À luz das disposições da Lei n. 8.934/1994 sobre o exame das formalidades pelos órgãos do Registro Público de Empresas Mercantis, assinale a alternativa correta.

(A) Verificada a existência de vício insanável em ato, documento ou instrumento apresentado a arquivamento, o processo será colocado em exigência, concedendo-se ao interessado prazo de 30 (trinta) dias para saneamento.

(B) As exigências formuladas pela junta comercial deverão ser cumpridas em até 30 (trinta) dias, contados da data da ciência pelo interessado ou da publicação do despacho, sendo que o processo em exigência será entregue completo ao interessado.

(C) Não podem ser arquivados os documentos que contiverem matéria contrária aos bons costumes ou à ordem pública, podendo, contudo, ser arquivados os que colidirem com o respectivo estatuto ou contrato, desde que acompanhados de justificativa fundamentada.

(D) O processo em exigência não devolvido no prazo legal será arquivado de ofício pela junta comercial, independentemente do pagamento de novos preços de serviços, em razão da continuidade do procedimento originalmente iniciado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

(06 questões)

84. Considere o texto sobre a Lei Júlio Lancellotti.

A Lei 14.489, de 2022, é designada Lei Padre Júlio Lancellotti por uma referência ao religioso que, desde 1986, promove trabalhos sociais na cidade de São Paulo. Coordenador de uma pastoral, Lancellotti usou uma marreta para remover pedras pontiagudas instaladas sob um viaduto pela prefeitura da capital paulista. O gesto já foi repetido em outras ocasiões pelo padre, que usa sua página numa rede social para denunciar a arquitetura hostil em outras cidades. Essa lei altera o Estatuto da Cidade para estabelecer:

(A) a obrigatoriedade do plano diretor disciplinar a fruição dos espaços livres de uso público, de seu mobiliário e de suas interfaces com os espaços de uso privado, vedado o emprego de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis que tenham como objetivo ou resultado o afastamento de pessoas em situação de rua, idosos, jovens e outros segmentos da população, exceto por motivos de saúde ou emergência pública.

(B) a obrigatoriedade do plano diretor disciplinar a fruição dos espaços livres de uso público, de seu mobiliário e de suas interfaces com os espaços de uso privado, vedado o emprego de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis que tenham como objetivo ou resultado o afastamento de pessoas em situação de rua, idosos, jovens e outros segmentos da população.

(C) como diretriz geral para a política urbana a promoção de conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na fruição dos espaços livres de uso público, de seu mobiliário e de suas interfaces com os espaços de uso privado, vedado o emprego de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis que tenham como objetivo ou resultado o afastamento de pessoas em situação de rua, idosos, jovens e outros segmentos da população, exceto por motivos de saúde ou emergência pública.

(D) como diretriz geral para a política urbana a promoção de conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na fruição dos espaços livres de uso público, de seu mobiliário e de suas interfaces com os espaços de uso privado, vedado o emprego de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis que tenham como objetivo ou resultado o afastamento de pessoas em situação de rua, idosos, jovens e outros segmentos da população.

85. Com relação à defesa do usuário do serviço público do Estado de São Paulo, são direitos básicos do usuário, nos termos da Lei Estadual n. 10.294/1999:

(A) a informação; a qualidade na prestação do serviço; a celeridade.

(B) a informação; a qualidade na prestação do serviço; o controle adequado do serviço público.

(C) a informação; a qualidade na prestação do serviço; a proporcionalidade dos meios aos fins.

(D) a informação; a qualidade na prestação do serviço; o controle adequado do serviço público; a celeridade; a proporcionalidade dos meios aos fins.

86. Sobre os bens públicos, é correta a seguinte assertiva:

(A) só se sujeitam ao regime de bens públicos aqueles bens que pertençam a pessoa jurídica de direito público.

(B) é vedado o uso privativo de bem público de uso comum por particular, salvo se a lei expressamente autorizar.

(C) a afetação de bens ao uso comum pode decorrer de ato de vontade de um particular.

(D) bens públicos de uso comum são aqueles abertos à fruição de todo cidadão, de modo incondicionado e gratuito.

87. Com relação à responsabilidade civil de tabeliães e notários, é correto afirmar que:

I – Os tabeliães e registradores respondem objetivamente pelos danos causados a terceiros em atos praticados antes da entrada em vigor da Lei n. 13.286/2016, que alterou o regime de responsabilidade previsto no art. 22 da Lei n. 8.935/1994.

II – A teoria da responsabilidade objetiva do Estado foi adotada no direito brasileiro somente com a Constituição Federal de 1988.

III – O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.

IV – A jurisprudência brasileira, como regra, aceita a responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais. Assinale a alternativa correta.

(A) Os itens I, II e III estão corretos.

(B) Somente os itens I e III estão corretos.

(C) Os itens I, II e IV são falsos.

(D) Todos os itens estão corretos.

88. A desconsideração é instrumento de coibição do mau uso da pessoa jurídica (COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial), configurando uma exceção à autonomia patrimonial da pessoa jurídica. A origem da desconsideração da personalidade jurídica no direito comparado é geralmente atribuída ao *caso Salomon v. Salomon & Company*, na Inglaterra, no ano de 1897, mas há autores que apontam como gênese mais remota do instituto o julgamento da Suprema Corte norte-americana no

caso *Bank of U.S. v. Deveau*, de 1809. No direito brasileiro, Rubens Requião foi o primeiro a tratar da teoria na Universidade do Paraná, em 1969, em palestra intitulada "Abuso de direito e fraude através da personalidade jurídica (*disregard doctrine*)". Inicialmente aplicada no âmbito do direito privado, tem sido cada vez mais utilizada no direito administrativo. Assim considerando, assinale a alternativa correta (V – verdadeiro / F – falso).

I – O primeiro diploma legal a tratar da desconsideração da personalidade jurídica no Brasil foi a Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

II – A desconsideração da personalidade jurídica prevista no art. 50 do Código Civil é a única fonte legislativa aplicável no âmbito do direito administrativo.

III – A única previsão legislativa de desconsideração da personalidade jurídica no âmbito administrativo é a constante na Lei Anticorrupção (art. 14 da Lei n. 12.846/2013).

IV – Existe previsão expressa na Lei Geral de Licitações (Lei n. 14.133/2021) do instituto da desconsideração da personalidade jurídica.

(A) V, V, F, V.

(B) V, F, F, V.

(C) F, F, F, V.

(D) V, F, F, F.

89. Determinada lei municipal, em conformidade com o Plano Diretor, prevê o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, estabelecendo todos os requisitos. O proprietário de um imóvel nessas condições foi devidamente notificado pela administração pública para promover o adequado aproveitamento do solo. Diante do descumprimento dos prazos estabelecidos, assinale a alternativa correta:

(A) o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos.

(B) Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida em cinco anos, o Município não poderá manter a cobrança pela alíquota máxima até que se cumpra a referida obrigação, sob pena de confisco.

(C) Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município deverá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

(D) O aproveitamento do imóvel poderá ser efetivado diretamente pelo Poder Público ou por meio de alienação ou concessão a terceiros, sendo dispensado, neste caso, o procedimento licitatório.

DIREITO CONSTITUCIONAL

(10 questões)

90. De acordo com o art. 98, inciso II, da Constituição Federal, a justiça de paz é composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos. Sobre as competências constitucionalmente atribuídas ao juiz de paz, assinale a alternativa correta.

(A) Compete ao juiz de paz celebrar casamentos e verificar o processo de habilitação, sendo esta verificação realizada exclusivamente mediante provocação das partes ou de terceiro interessado, vedada a atuação de ofício.

(B) Compete ao juiz de paz celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação, e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.

(C) Compete ao juiz de paz celebrar casamentos, sendo vedada a verificação do processo de habilitação, atribuição esta conferida aos oficiais de registro, conforme o art. 236 da Constituição Federal.

(D) Compete ao juiz de paz celebrar casamentos e verificar o processo de habilitação, sendo suas atribuições conciliatórias de natureza jurisdicional, conforme expressamente previsto na Constituição Federal.

91. O processo de constitucionalização do direito civil, marcado pela repersonalização das relações jurídicas privadas, resultou no reconhecimento de que a pessoa humana — e não o patrimônio — ocupa o centro do sistema normativo brasileiro. Nesse contexto, sobre o Estatuto Jurídico do Patrimônio Mínimo, é correto afirmar:

(A) A teoria foi desenvolvida pelo professor Luiz Edson Fachin com o objetivo de atacar o direito de propriedade privada e o direito creditício, propondo a supressão do caráter patrimonial das relações civis em favor da proteção exclusiva dos direitos da personalidade.

(B) O conceito de patrimônio mínimo é absoluto e uniforme, aplicando-se de modo idêntico a todos os indivíduos, independentemente de sua realidade econômica, tendo em vista que a proteção da dignidade humana exige um padrão fixo de bens resguardados.

(C) A teoria sustenta a existência de uma garantia patrimonial mínima inerente a toda pessoa humana, fundamentada no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sendo exemplos de sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro o bem de família e a proteção ao pródigo.

(D) O Estatuto Jurídico do Patrimônio Mínimo restringe sua aplicação ao âmbito do direito das obrigações, sendo inaplicável ao direito das sucessões e ao direito de família, por ausência de previsão expressa no Código Civil.

92. Em relação aos Direitos Fundamentais, analise as assertivas a seguir.

I. Na Constituição brasileira, as matrizes dos direitos fundamentais são vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade.

II. Direitos fundamentais constituem uma reserva mínima de justiça que as democracias devem assegurar a todos os seus cidadãos.

III. Quando ocorre uma colisão de direitos fundamentais, a solução do problema não poderá se dar mediante subsunção, sendo necessário o uso da técnica da ponderação.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e III.

93. A mutação constitucional caracteriza o denominado poder constituinte

(A) revisor.

(B) decorrente.

(C) originário.

(D) difuso.

94. Com base no art. 225, § 4º, da Constituição Federal, assinale a alternativa que contempla exclusivamente os biomas expressamente qualificados como patrimônio nacional pelo texto constitucional:

(A) Floresta Amazônica brasileira, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Mato-Grossense, Zona Costeira e Cerrado.

(B) Floresta Amazônica brasileira, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Mato-Grossense e Zona Costeira.

(C) Floresta Amazônica brasileira, Mata Atlântica, Pantanal Mato-Grossense, Zona Costeira e Caatinga.

(D) Floresta Amazônica brasileira, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Mato-Grossense, Zona Costeira, Cerrado e Pampa.

95. Com base no § 4º do art. 103-B da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, analise as afirmativas:

I – O Conselho pode expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, para zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura.

II – Ao apreciar a legalidade de atos administrativos praticados por membros do Poder Judiciário, o Conselho somente poderá recomendar providências, sendo-lhe vedado desconstituí-los.

III – O Conselho pode receber reclamações contra serventias notariais e de registro que atuem por delegação do poder público, podendo avocar processos disciplinares em curso.

IV – O Conselho pode representar ao Ministério Público somente no caso de crime contra a administração pública.

V – O Conselho pode rever, de ofício ou mediante provocação, processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano.

VI – O Conselho deve elaborar relatório estatístico anual sobre processos e sentenças prolatadas no país.

VII – O relatório anual do Conselho deve integrar a mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

(A) V, F, V, F, V, F, V.

(B) V, V, V, F, V, F, V.

(C) F, F, V, V, V, F, V.

(D) V, F, F, F, V, V, V.

96. Dispõe o inciso XXVI do artigo 5º da Constituição Federal que "a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento". Assim considerando, assinale a alternativa correta.

(A) A pequena propriedade rural que recebe a proteção constitucional (impenhorabilidade) é o imóvel rural com área igual ou inferior a 100ha, se localizado em município compreendido na Amazônia Ocidental ou no Pantanal mato-grossense e sul-mato-grossense; 50ha, se localizado em município compreendido no Polígono das Secas ou na Amazônia Oriental; e 30ha, se localizado em qualquer outro município.

(B) É fundamental distinguir os conceitos de pequena propriedade rural e de pequena gleba rural, pois possuem definições legais e finalidades diferentes: enquanto esta (pequena gleba rural) se refere a aspectos de tributação para fins de não incidência do Imposto Territorial Rural (ITR), aquela (pequena propriedade rural) é relativa à proteção jurídica constitucional (impenhorabilidade).

(C) A pequena propriedade rural que recebe a proteção constitucional é o imóvel rural de área até três módulos fiscais, respeitada a fração mínima de parcelamento.

(D) Os conceitos de pequena propriedade rural e de pequena gleba rural são os mesmos, ou seja, trata-se do imóvel rural de área até quatro módulos fiscais, respeitada a fração mínima de parcelamento.

97. Em 10 de janeiro de 2022, foram publicadas e entraram em vigor no Brasil a Convenção Americana de Combate ao Racismo, à Discriminação Racial e a Formas Correlatas de Intolerância, tratado de direitos humanos aprovado pelo rito especial do art. 5º, § 3º, da Constituição Federal. Trata-se, inclusive, da primeira norma brasileira com hierarquia constitucional a prever de forma expressa a política de cotas raciais (art. 5º). Além da convenção mencionada, assinale a alternativa que corresponde as outras que possuem status constitucional no direito brasileiro.

(A) Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica); e Convenção sobre Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (Nova Iorque).

(B) Tratado de Marraqueche; e Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas.

(C) Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica); e Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas (Belém do Pará).

(D) Convenção sobre Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (Nova Iorque); e Tratado de Marraqueche.

98. O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), ratificado pelo Brasil em 1992 e incorporado ao ordenamento jurídico nacional com status supralegal, reconhece direitos sociais não inteiramente positivados no art. 6º da Constituição Federal de 1988. Considerando os direitos sociais expressamente previstos no art. 6º da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

(A) O direito à vestimenta adequada e o direito à segurança não possuem correspondência no art. 6º da Constituição Federal.

(B) O direito de toda pessoa de participar da vida cultural e de desfrutar dos benefícios do progresso científico, expressamente reconhecidos no PIDESC, não constam do art. 6º da Constituição Federal.

(C) O direito à segurança não possui correspondência no art. 6º da Constituição Federal.

(D) O direito ao lazer não possui correspondência no art. 6º da Constituição Federal.

99. A Emenda Constitucional nº 26, de 2000, modificou o art. 6º da Constituição Federal para incluir a moradia como direito social. Nesse contexto, assinale a alternativa que indica corretamente qual foi a primeira lei brasileira a referir-se expressamente ao direito à moradia digna:

(A) Lei nº 6.766/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.

(B) Lei nº 8.009/1990, que trata da impenhorabilidade do bem de família.

(C) Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana.

(D) Lei nº 11.124/2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS).

CONHECIMENTOS GERAIS

(01 questão)

100. Assinale a alternativa correta acerca das afirmativas abaixo:

I – Ética a Nicômaco, de Aristóteles, sustenta, em linhas gerais, que a felicidade (eudaimonia) consiste na prática da virtude, alcançada pelo justo meio entre os excessos.

II – Memorial de Aires, de Machado de Assis, é um romance narrado em forma de diário, sendo a última obra publicada pelo autor.

III – Sistemas Sociais: Esboço de uma Teoria Geral, de Niklas Luhmann, defende, em linhas gerais, que a sociedade moderna é estruturada a partir de sistemas autopoiéticos baseados na ação individual.

IV – Memórias do Subsolo, de Fiódor Dostoiévski, é uma obra de caráter psicológico e existencial, centrada na interioridade do narrador.

V – O Ser e o Nada, de Jean-Paul Sartre, desenvolve os fundamentos do existencialismo, defendendo que a existência precede a essência.

(A) Todas as afirmativas são verdadeiras.

(B) Apenas as afirmativas I, II, IV e V são verdadeiras.

(C) Apenas as afirmativas II, III e V são verdadeiras.

(D) Apenas as afirmativas I, III e IV são verdadeiras